



PROJETO CATADORES E CATADORAS EM REDES SOLIDÁRIAS

SISTEMATIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA E DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E DEMOGRÁFICO

VOLUME 1 | SETEMBRO 2013



FGV PROJETOS



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO | GOVERNO FEDERAL

Manoel Dias | Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Rodrigo Minotto | Chefe de Gabinete do Ministro

SENAES | SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Paul Israel Singer | Secretário Nacional de Economia Solidária

Roberto Marinho Alves da Silva | Secretário Adjunto

Diogo Jamra Tsukumo | Chefe de Gabinete

Manoel Vital de Carvalho Filho | Diretor do Departamento de Fomento à Economia Solidária

Ary Moraes Pereira | Coordenador-Geral de Fomento à Economia Solidária

GOVERNO DO ESTADO | RIO DE JANEIRO

Sérgio Cabral | Governador do Estado do Rio de Janeiro

Maria Auxiliadora Pereira | Chefe de Gabinete da Governadoria

Luiz Fernando de Souza Pezão | Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro

Sérgio Poubel de Campos | Chefe de Gabinete da Vice-Governadoria

Regis Velasco Fichtner Pereira | Secretário de Estado da Casa Civil

Arthur Vieira Bastos | Chefe de Gabinete da Casa Civil

SECRETARIA ESTADUAL DO AMBIENTE | RIO DE JANEIRO/RJ

Carlos Minc Baumfeld | Secretário de Estado

Luís Firmino Martins Pereira | Subsecretário Executivo

Denise Rosa Lobato | Superintendente de Articulação Institucional

Andrea Rosa Bello | Coordenadora do Projeto

PANGEA | CENTRO DE ESTUDOS SOCIAMBIENTAIS

Antonio Bunchaft | Diretor

Adherbal Regis | Diretor

Dione Manetti | Coordenador Geral do PROJETO CRS

Moises Leão Gil | Coordenador de Articulação Institucional PROJETO CRS

FGV PROJETOS | ASSESSORIA TÉCNICA

Cesar Cunha Campos | Diretor

Ricardo Simonsen | Diretor Técnico

Antônio Carlos Kfoury Aïdar | Diretor de Controle

Francisco Eduardo Torres de Sá | Diretor de Qualidade

Sidnei Gonzalez | Diretor de Mercado

Carlos Augusto Costa | Diretor-adjunto de Mercado

José Bento Carlos Amaral | Diretor-adjunto de Mercado

Irineu Frare | Coordenador do Projeto

Melina Bandeira | Coordenadora de Comunicação

Flávia Alfenas | Especialista em Avaliação

Felipe Bittencourt | Especialista em Monitoramento

SUMÁRIO

4 APRESENTAÇÃO

12 INTRODUÇÃO

20 I. ESTRUTURA E METODOLOGIA

28 II. PERFIL DOS CATADORES E CATADORAS CADASTRADOS

62 III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

APRESENTAÇÃO



Aterro Sanitário em Nova Iguaçu.

MENSAGEM DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO AMBIENTE

Os lixões são a síntese do drama ambiental e social no Brasil: solos, lençóis freáticos e animais contaminados. Homens, mulheres e crianças catando lixo sem botas nem luvas, entre porcos e urubus, sangue e seringas, material cortante e patogênico. Isto é inadmissível.

Tenho compromisso histórico com o movimento dos catadores. Como deputado, aprovei, em 2003, a Política Estadual de Resíduos Sólidos (Lei nº 4.191). Em 2010, já como ministro do Meio Ambiente do Governo Lula, consegui aprovar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305), há anos engavetada. Em ambas as leis, os catadores são figuras centrais no processo de descarte adequado do resíduo sólido urbano.

Quando assumi a Secretaria de Estado do Ambiente (Sea/RJ), em 2007, 90% dos municípios operavam lixões - 94% do total do lixo gerado no estado. Trata-se de uma solução barata: lançar o resíduo em um terreno sem licença ambiental e passar o trator, ao custo de R\$ 5 a tonelada. Nesse sistema, o catador fica refém dos atravessadores.

Decidimos, então, assumir o papel de articular com os municípios e a União uma série de iniciativas para resolver o problema. Aprovamos a Lei do ICMS Verde, que não aumenta imposto, mas atribui mais recursos ao município que criar áreas protegidas, melhorar a qualidade da água e acabar com lixões, implantando aterros sanitários e a coleta seletiva. Além disso, convocamos os prefeitos para um pacto: eles criariam consórcios intermunicipais de resíduos sólidos e a Secretaria do Ambiente garantiria recursos do Fundo Estadual de Conservação Ambiental (Fecam) para construir aterros sanitários e remediar lixões.

Lançamos o programa Compra de Lixo Tratado, em que, por convênio firmado com os municípios, o Fecam paga, por três anos, R\$ 20 por tonelada de resíduo descartado em aterros devidamente licenciados. Em contrapartida, é cobrado dos municípios o aumento progressivo da coleta seletiva domiciliar, a remediação dos lixões desativados e a implantação da taxa de manejo de resíduos, entre outras ações. Com isso, triplicamos o número de municípios que dão destinação final correta para o seu lixo, passando de 27 municípios em 2010 (12% do lixo do estado), para 71 municípios em 2012, o que representa 14 mil toneladas por dia, ou 86% do total.

Em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), assumimos o desafio de coordenar o Projeto Catadores e Catadoras em Redes Solidárias (CRS), que se destina a capacitar catadores e organizá-los em cooperativas para ampliar a coleta seletiva e a reciclagem. Inicialmente, o programa atenderá a 41 municípios fluminenses, beneficiando três mil pessoas. Além disso, está prevista a construção de um Polo de Reciclagem.

A organização de catadores e catadoras em redes solidárias é estratégica. Esta articulação os fortalece e os ajuda a serem protagonistas dessa luta, cada vez mais.

Carlos Minc Baumfeld
Secretário de Estado do Ambiente

MENSAGEM DO MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR)

SEÇÃO RIO DE JANEIRO

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) surgiu em 1999, com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, e foi fundado oficialmente em junho de 2001, no 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, em Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 participantes.

O MNCR é um movimento social que vem organizando catadores e catadoras de materiais recicláveis pelo Brasil adentro, buscando a valorização e o reconhecimento da categoria. Seu objetivo é garantir o protagonismo popular destes profissionais, que ao longo da história vêm sendo oprimidos pelas estruturas do sistema econômico e social.

Acreditamos na prática da ação popular direta, que é a participação efetiva do trabalhador em tudo que envolve sua vida – algo que rompe com a indiferença do povo e abre caminho para a transformação social e política.

Ao longo desta caminhada, muitos catadores e catadoras foram vítimas da intolerância e do poder econômico, mas ao mesmo tempo, as vitórias nos deram força para continuarmos lutando. Nos últimos 10 anos, por exemplo, passamos a ter voz junto ao Governo Federal, o que nos possibilitou participar da construção de inúmeras ações que vêm contribuindo para melhorar a vida destes profissionais em todo o país.

No Rio de Janeiro, o MNCR existe há cerca de 10 anos, e sempre trabalhou para organizar a luta em defesa dos direitos de catadores e catadoras. Em dezembro de 2012, representantes do Movimento de diversas regiões do estado se reuniram para construir uma agenda de compromissos e metas para o ano de 2013. Durante o planejamento, foi possível fazer um levantamento da realidade de municípios e regiões representados, e discutir estratégias de ampliação da organização do MNCR. Como resultado, hoje existe uma Coordenação Estadual ativa e com reuniões mensais.

Neste contexto, o Projeto CRS tem contribuído de forma significativa para a organização do MNCR no Estado do Rio de Janeiro, pois sua atuação tem se dado em diálogo permanente e transparente, abrindo-se para que possamos expressar nossas opiniões.

Os dados apresentados nesta publicação revelam a realidade dos catadores e catadoras. O MNCR teve a oportunidade de discutir com os técnicos do projeto os instrumentos que seriam utilizados para a realização da pesquisa, e também participou ativamente do processo de mobilização dos profissionais durante o trabalho de campo.

Desta forma, estas informações poderão contribuir para a formulação de mais políticas públicas, para a organização do Movimento, e para a definição das suas pautas prioritárias. O trabalho de assistência técnica, que está no seu início, já começa a contribuir para melhorar a organização dos nossos empreendimentos. A formação que está por vir também nos ajudará, ao elevar a consciência da nossa classe e contribuir para o surgimento de novas lideranças. Além disso, os investimentos físicos previstos serão fundamentais para melhorar as condições de trabalho em nossas organizações.

Acreditamos que este e qualquer outro projeto que se proponha a apoiar catadores e catadoras só poderá ter sucesso se suas ações efetivamente contribuírem para melhorar a vida das pessoas, e se, ao final, a categoria estiver mais organizada, com uma renda maior e com consciência do quanto a organização coletiva é importante.

O amadurecimento que tivemos ao longo dos últimos dez anos nos fez aprender que não podemos aceitar qualquer projeto que queira nos beneficiar, se não tivermos o direito de debater, opinar e interferir no seu rumo. Por isso, nos tornamos parceiros desta iniciativa, pois nela encontramos transparência, possibilidade de participação e respeito às opiniões dos catadores e catadoras.

Acreditamos que esta parceria com o Projeto CRS, a Secretaria Estadual do Ambiente e o Governo Federal ainda renderá muitos frutos, e contribuirá para melhorar a vida de catadores e catadoras em nosso estado e em outros que já buscam aprender com esta experiência.

**Sebastião Carlos dos Santos (Tião), Claudete Costa,
Alexandre Freitas Mariano (Gordinho) e Custodio da Silva Chaves**
Coordenação Executiva do MNCR/RJ - Seção Rio de Janeiro

MENSAGEM DA COORDENAÇÃO DO PROJETO CRS

A destinação inadequada de resíduos sólidos, a proliferação de lixões, a ausência de saneamento básico em larga escala e, sobretudo, a condição de extrema vulnerabilidade de catadores e catadoras de materiais recicláveis formam o que se conhece informalmente por “problema do lixo”. Esta realidade não é compatível com o desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro, nem com sua importância no cenário nacional e internacional.

Por conta disso, desde 2007, a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (Sea/RJ) vem desenvolvendo programas e projetos para sanar estas questões, sempre com o aporte de recursos significativos do Fundo Estadual de Conservação e Desenvolvimento Urbano (Fecam), além da mobilização de diversos parceiros.

Em 2010, com a instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10), novos desafios surgiram no cenário, como a logística reversa e a implantação dos planos municipais de coleta seletiva. Já em 2011, o encerramento do Lixão de Gramacho, o maior da América Latina, estabeleceu um marco histórico no estado e no País.

Diante deste contexto, o Estado do Rio de Janeiro foi convidado a participar do edital para implementação de projetos de inclusão socioprodutiva de catadores, o primeiro do gênero lançado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), dentro do Programa Brasil Sem Miséria. Em junho de 2012, durante a Rio+20, foi firmado o convênio de criação do Projeto Catadores e Catadoras em Redes Solidárias (CRS).

Desenvolvido em parceria com a Oscip Pangea - Centro de Estudos Socioambientais, a FGV Projetos e a seção estadual do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR/RJ), o projeto tem a duração prevista de 36 meses e conta com um orçamento de aproximadamente R\$ 9 milhões de reais da Senaes, mais R\$ 930 mil reais do Fecam.

O objetivo do convênio é o fortalecimento das cooperativas e a organização destas em redes de comercialização, tornando-as economicamente viáveis e sustentáveis para atuarem no mercado da reciclagem - inclusive prestando serviços às prefeituras dispostas a implementar seus planos de coleta seletiva.

Estruturado em quatro metas, o projeto envolve cadastramento; capacitação e mobilização dos catadores para se organizarem em cooperativas; assessoramento técnico e organização das cooperativas em redes de comercialização; além do monitoramento e avaliação das ações.

Ao Pangea, Oscip selecionada por chamamento público, coube a responsabilidade de execução do projeto nos territórios. Já a FGV Projetos é responsável por monitorá-lo e avaliá-lo, gerando indicadores e desenvolvendo uma sistemática de acompanhamento online, sempre visando à transparência e ao controle social.

Completando o modelo de gestão do projeto, a Sea/RJ convidou representantes da sociedade civil, das instituições parceiras e do MNCR para fazerem parte do Comitê de Acompanhamento, que se reúne periodicamente para ser informado sobre o andamento das ações e para contribuir na execução destas.

Nesta publicação, estão reunidos os resultados do trabalho de todos os atores e instituições envolvidos na execução do projeto durante o primeiro semestre de 2013. Esta é a primeira de uma série de publicações que, ao longo de três anos, apresentará a sistematização e os resultados das atividades desenvolvidas.

Boa leitura!

Andrea Bello e Denise Lobato
Sea/RJ

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O Projeto CRS emerge de um novo cenário do mercado dos recicláveis, que sofreu e ainda sofrerá muitas modificações em razão da implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Esta realidade, junto à profissionalização do mercado, oferece ameaças e oportunidades aos catadores e catadoras.

As ameaças vêm das soluções consideradas “fáceis” para o “problema do lixo”, que descartam o trabalho destes profissionais, como a incineração. As oportunidades emergem dos novos arranjos de negócios, como a prestação de serviços para as prefeituras e grandes geradores privados, seja na realização da coleta seletiva dos resíduos, seja na participação do cumprimento das metas da logística reversa.

Sendo assim, mesmo que os empreendimentos de catadores e catadoras sejam coletivos e solidários, eles precisam do aporte de investimentos físicos e de assessoramento técnico compatíveis com a realidade mencionada, que se traduz em um mercado extremamente competitivo, tendendo a oferecer menor remuneração a estes profissionais, sem se importar com suas condições de trabalho.

Partindo deste cenário, tiveram início as atividades de planejamento da primeira etapa do Projeto CRS, com o cadastramento e a análise do perfil socioeconômico e demográfico de catadores e catadoras em 41 municípios do estado (Tabela 1), apresentados nesta publicação.

Este primeiro volume tem dois propósitos: apresentar o Projeto CRS - informando à sociedade sobre seus objetivos, público beneficiário, área de abrangência, metodologia e funcionamento; e expor os resultados da primeira etapa. Para tanto, foram definidos 20 indicadores, divididos em três dimensões analíticas, que serviram de base para a caracterização inicial da situação social dos profissionais cadastrados.

Vale destacar que, além de servirem de subsídio para o planejamento das ações e para a construção dos indicadores de Monitoramento e Avaliação (M&A) do Projeto CRS, os dados apresentados neste documento poderão contribuir para qualificar a formulação de políticas públicas que efetivamente respondam às necessidades de catadores e que contribuam para melhorar sua qualidade de vida.

Por fim, é importante dizer que esta publicação resulta do trabalho e esforço das instituições envolvidas na execução do Projeto CRS e da parceria e colaboração do MNCR/RJ, que tem sido determinante para que as atividades previstas se realizem em sintonia com as necessidades e desejos dos catadores e catadoras de materiais recicláveis beneficiários.



Tabela 1

Municípios participantes do projeto

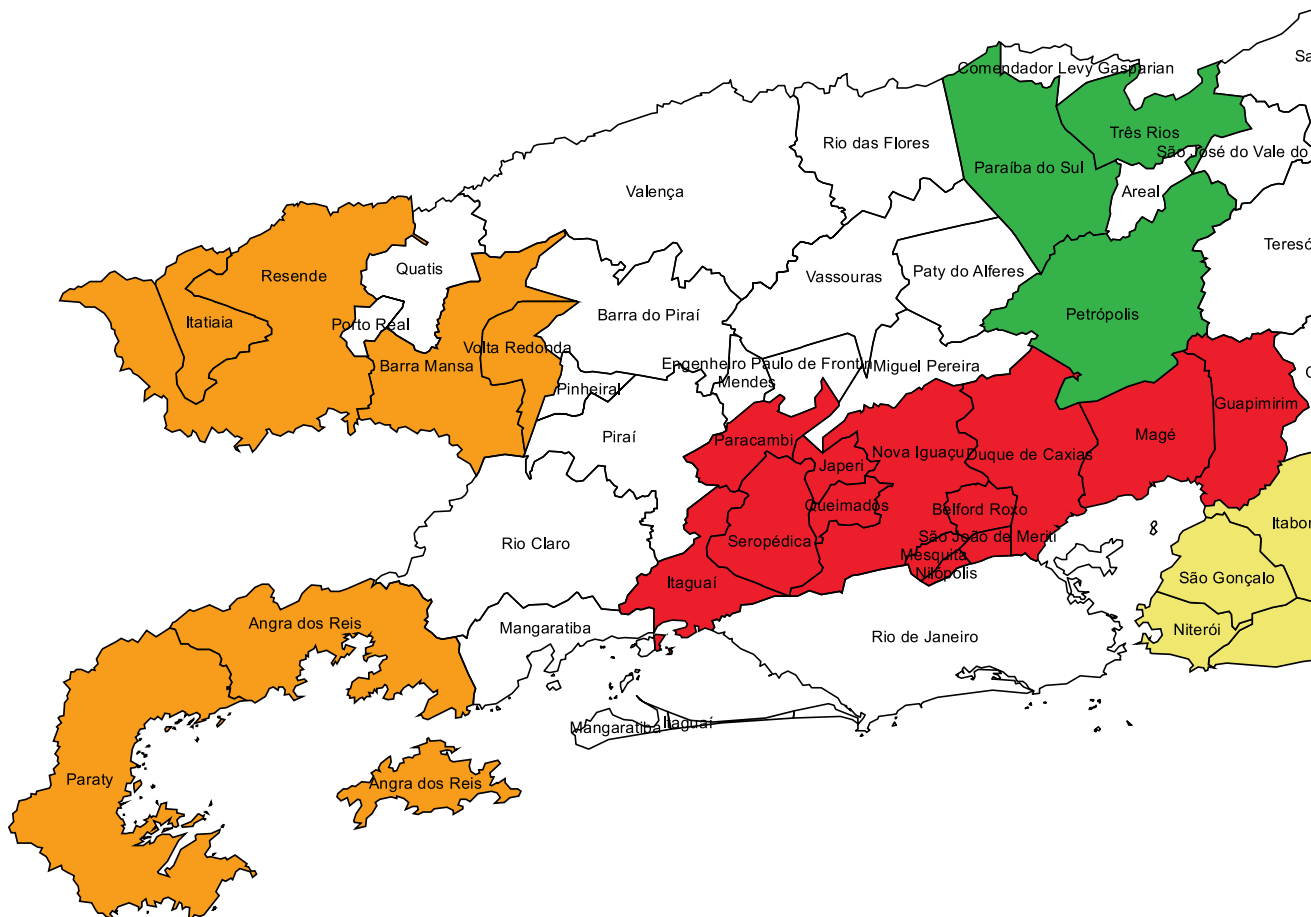
REGIÃO	MUNICÍPIO	Nº DE HABITANTES (CENSO 2010 IBGE)
Grande Lagos (9 municípios)	Cabo Frio	186.227
	Araruama	112.008
	Saquarema	74.234
	Rio das Ostras	105.676
	Macaé	206.728
	Iguaba Grande	22.851
	São Pedro da Aldeia	87.875
	Armação de Búzios	27.560
	Arraial do Cabo	27.715
SUBTOTAL 1		850.874
Sul Fluminense/Costa Verde (6 municípios)	Angra dos Reis	169.511
	Parati	37.533
	Itatiaia	28.783
	Barra Mansa	177.813
	Resende	119.769
	Volta Redonda	257.803
SUBTOTAL 2		791.212
Baixada Fluminense (13 municípios)	Paracambi	47.124
	Belford Roxo	469.332
	Japeri	95.492
	Queimados	137.962
	Guapimirim	51.483
	Magé	227.322
	Itaguaí	109.091
	Seropédica	78.186
	Nilópolis	157.425
	Nova Iguaçu	796.257
	Duque de Caxias	855.048
	Mesquita	168.376
	São João de Meriti	458.673
SUBTOTAL 3		3.651.771

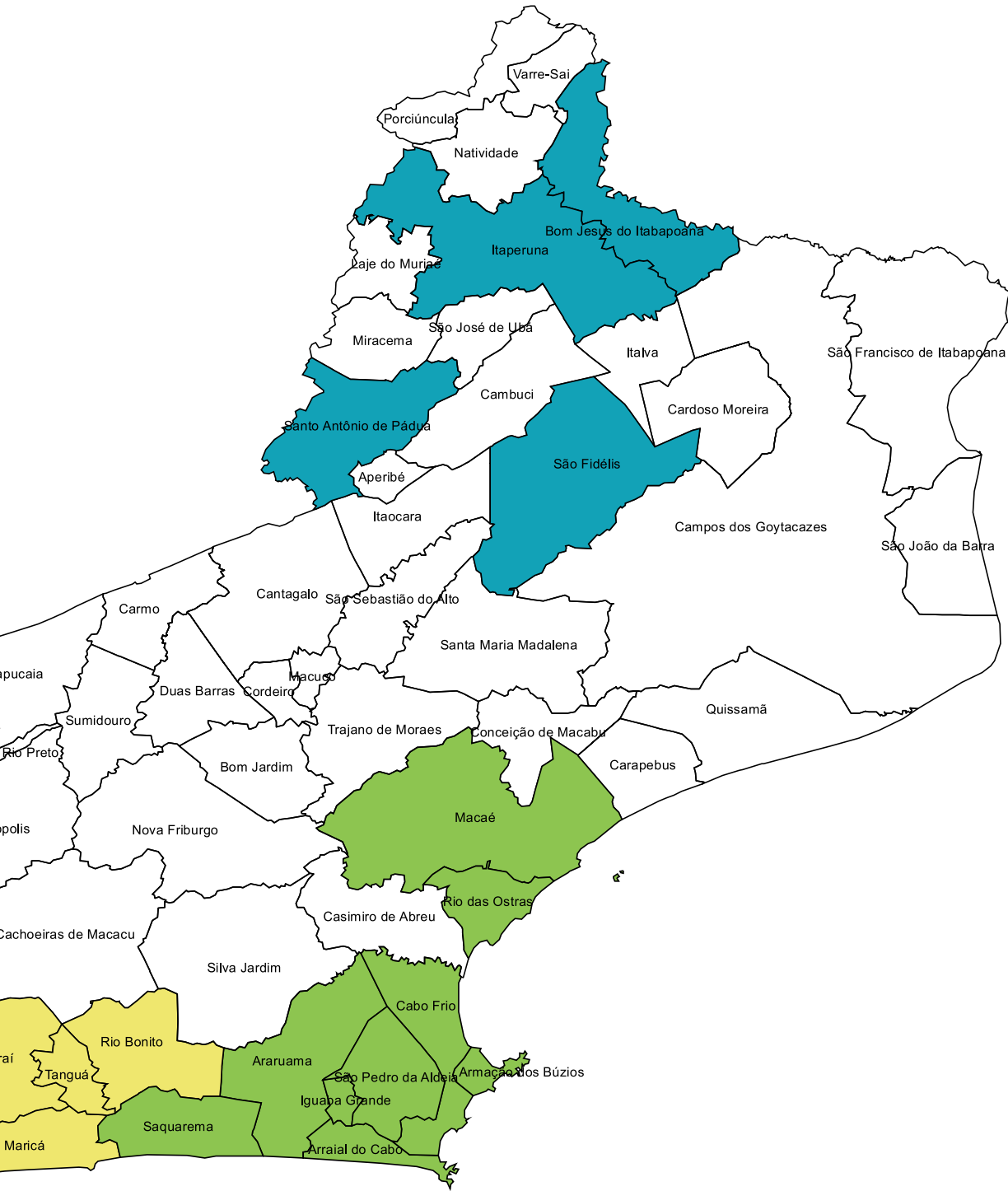
REGIÃO	MUNICÍPIO	Nº DE HABITANTES (CENSO 2010 IBGE)
Leste Metropolitana (6 municípios)	São Gonçalo	999.728
	Niterói	487.562
	Maricá	127.461
	Rio Bonito	55.551
	Tanguá	30.732
	Itaboraí	218.008
SUBTOTAL 4		1.919.042
Noroeste Fluminense (4 municípios)	Itaperuna	95.841
	Santo Antônio de Pádua	40.589
	São Fidélis	37.543
	Bom Jesus do Itabapoana	35.411
SUBTOTAL 5		209.384
Serrana II (3 municípios)	Petrópolis	295.917
	Três Rios	77.432
	Paraíba do Sul	41.084
SUBTOTAL 6		414.433
TOTAL: 6 REGIÕES E 41 MUNICÍPIOS		7.836.716

Mapa 1

Distribuição geográfica dos municípios beneficiários do projeto

- BAIXADA FLUMINENSE:** Belford Roxo; Duque de Caxias; Guapimirim; Itaguaí; Japeri; Magé; Mesquita; Nilópolis; Nova Iguaçu; Paracambi; Queimados; São João de Meriti; Seropédica.
- LESTE METROPOLITANA:** Itaboraí; Maricá; Niterói; Rio Bonito; São Gonçalo; Tanguá.
- SUL FLUMINENSE/COSTA VERDE:** Angra dos Reis; Barra Mansa; Itatiaia; Parati; Resende; Volta Redonda.
- GRANDES LAGOS:** Araruama; Armação de Búzios; Cabo Frio; Arraial do Cabo; Iguaba Grande; Macaé; Rio das Ostras; São Pedro da Aldeia; Saquarema.
- NOROESTE FLUMINENSE:** Bom Jesus de Itabapoana; Itaperuna; Santo Antônio de Pádua; São Fidélis.
- SERRANA II:** Paraiba do Sul; Petrópolis; Três Rios





I. ESTRUTURA E METODOLOGIA

1. ESTRUTURA E METODOLOGIA

A estrutura e metodologia do projeto foi delineada com o objetivo de promover a inclusão socioprodutiva dos catadores e catadoras de materiais recicláveis. Para isso, o trabalho foi dividido em quatro eixos:

- I. Identificação, cadastramento, sensibilização e mobilização de três mil catadores para a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e a participação no projeto;
- II. Fornecimento de capacitação, assessoria e investimentos físicos para a organização dos catadores em Empreendimentos Econômicos Solidários - EES;
- III. Criação de seis redes de cooperação, envolvendo os EES apoiados, sendo um em cada região beneficiária do projeto;
- IV. Monitoramento e Avaliação (M&A) das ações do projeto.

O projeto vem sendo executado por meio da parceria estabelecida entre a Sea/RJ, o Pangea - responsável pelos três primeiros eixos - e a FGV Projetos - responsável pelo eixo final, de Monitoramento e Avaliação.

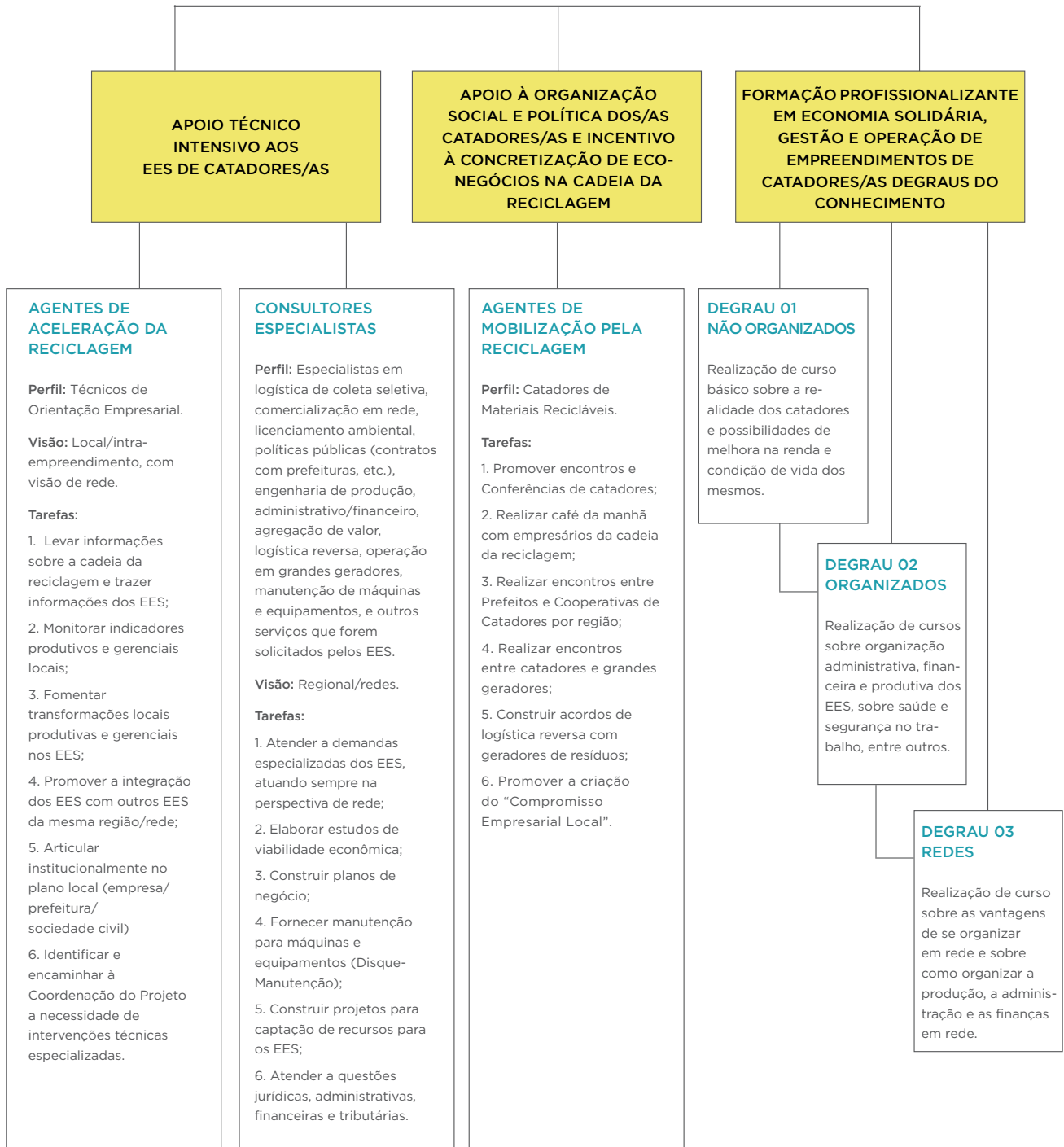
1.1 DESENVOLVIMENTO E EXECUÇÃO

Para propiciar um atendimento de qualidade aos 41 municípios participantes e, em especial, aos catadores e catadoras beneficiários, o Projeto CRS definiu um desenho organizacional e metodológico para a execução de seus três primeiros eixos:

Figura 1.1

Estrutura Organizacional e Metodologia de Execução do Projeto

Serviço de Assistência Técnica a Empreendimentos de Catadores/as – Satec



1.2 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Para o eixo final, foi desenvolvido um desenho metodológico de M&A, que contempla o ciclo de desenvolvimento do projeto e foca na visão do mesmo como um processo de formulação, execução e consolidação das atividades desenvolvidas – e não apenas em uma abordagem sequencial, que trata o projeto como um conjunto de ações a serem realizadas. Neste sentido, a proposta é acompanhar o progresso dos objetivos e metas a partir da composição de uma série de indicadores, cuja priorização viabilizará o desenvolvimento de uma cesta de indicadores de M&A. As três dimensões definidas para a composição desta cesta são apresentadas na Figura 1.1.

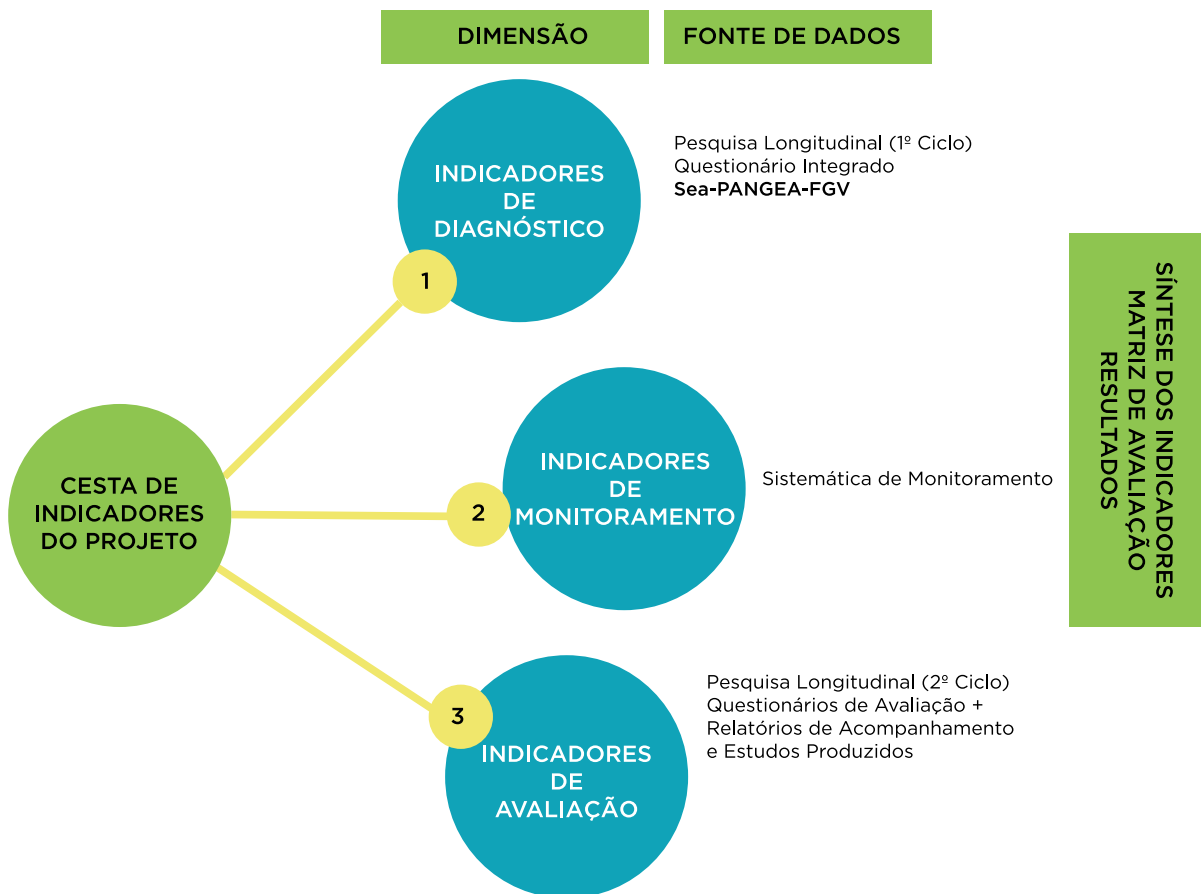
A primeira dimensão representada na Figura 1.2 corresponde aos Indicadores de Diagnóstico, que permitirão a análise do perfil socioeconômico e demográfico dos beneficiários do Projeto CRS – objeto desta primeira publicação. A fonte de dados primária é a Pesquisa Longitudinal proposta pela FGV Projetos, com informações provenientes do Questionário Integrado Sea - Pangea - FGV Projetos, desenvolvido no 1º Ciclo da Pesquisa.

A segunda dimensão diz respeito aos Indicadores de Monitoramento. O levantamento destas informações é viabilizado a partir dos dados produzidos pela Sistemática de Monitoramento do projeto, disponibilizada pela FGV Projetos durante o período de sua execução. Nesta dimensão, o enfoque é o desenvolvimento do projeto em si, e o acompanhamento da execução das metas e etapas previstas.

Por fim, a terceira dimensão compreende os Indicadores de Avaliação. Os dados provenientes das dimensões destacadas acima, as demais informações produzidas ao longo do projeto e o desenvolvimento do 2º Ciclo da Pesquisa Longitudinal viabilizarão o levantamento destes indicadores.

Figura 1.2

Composição da Cesta de Indicadores do Projeto CRS: Dimensões e Fontes de Dados



Fonte: FGV Projetos.

1.3 PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

O projeto ainda engloba o âmbito de participação e controle social, que se desenvolve paralelamente a todos os quatro eixos. Duas questões são determinantes para seu desenvolvimento: a existência do Comitê de Acompanhamento e a parceria estabelecida com o MNCR/RJ.

Participam do Comitê de Acompanhamento as seguintes instituições: Sea, MNCR/RJ, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Rio de Janeiro - SRTE/RJ, Fórum Estadual de Economia Solidária, Associação de Órgãos Municipais de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (Anama), Federação das Indústrias do Rio (Firjan), Pangea e FGV Projetos. O Comitê se reúne mensalmente, recebe informações a respeito do desenvolvimento do projeto e contribui para qualificar sua execução.

No caso do MNCR/RJ, a parceria foi estabelecida com base na transparência e na construção conjunta das ações e prioridades do projeto. O MNCR é reconhecido nacionalmente como principal espaço social de mobilização e organização dos catadores no país, tendo no Estado do Rio de Janeiro uma Coordenação atuante, que tem contribuído de forma decisiva para que o Projeto CRS chegue aos seus beneficiários.



Reunião do Comitê de Acompanhamento do projeto "Catadores e catadoras em redes sociais" na Sea/RJ.

II. PERFIL DOS CATADORES E CATADORAS CADASTRADOS



Assembleia Geral dos Catadores de Gramacho.



2. PERFIL DOS CATADORES E CATADORAS CADASTRADOS

A identificação e o cadastramento dos catadores e catadoras beneficiários do Projeto CRS foram realizados pelo Pangea. Neste processo, coube à Sea, à FGV Projetos e ao Pangea a elaboração conjunta do questionário que seria aplicado aos catadores no momento do cadastramento. O objetivo do questionário foi levantar o perfil socioeconômico e demográfico desses profissionais, a partir de indicadores de diagnóstico que contemplam os seguintes subitens temáticos:

Características gerais dos beneficiários:

- Distribuição regional;
- Distribuição por sexo;
- Idade;
- Estado civil;
- Escolaridade;
- Número de filhos;
- Autodeclaração de cor/raça.

Condição de moradia:

- Condição do domicílio;
- Relação de parentesco com a pessoa de referência no domicílio;
- Acesso a serviços públicos.

Trabalho e renda:

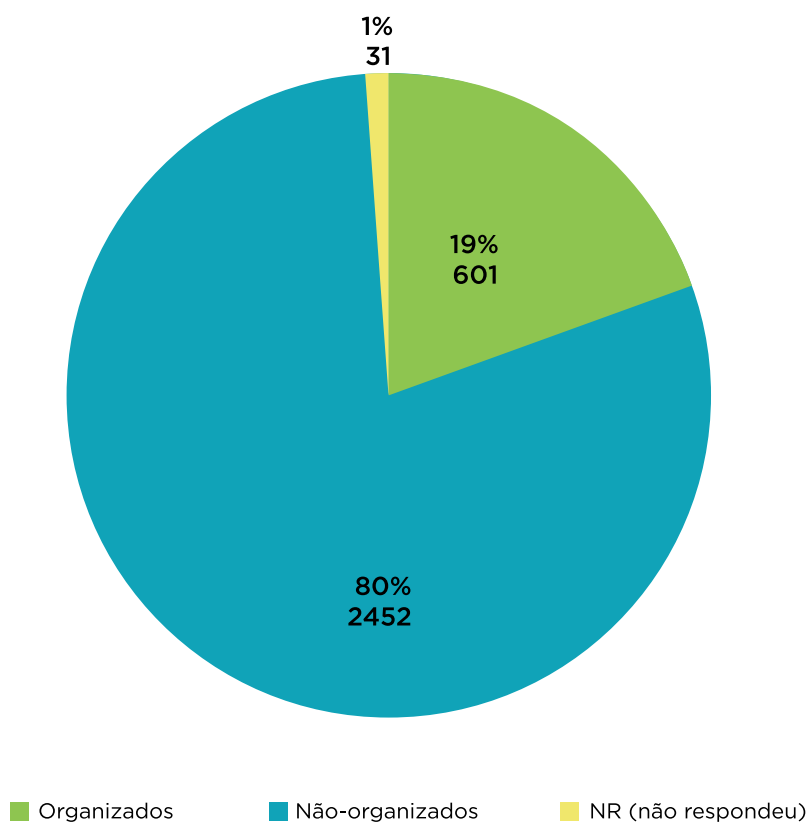
- Tempo dedicado à atividade de catação;
- Motivação para trabalhar como catador;
- Relação de parentesco com outros catadores;
- Motivação para deixar de trabalhar como catador;
- Capacitação;
- Motivação para ter se associado a um empreendimento de catadores;
- Interesse em se associar a empreendimentos organizados de catadores;
- Renda média proveniente da catação;
- Status Econômico - mensurado a partir da proposição de um indicador sintético que leva em conta, na sua composição, os indicadores relativos a posse de bens, condições de moradia e acesso a serviços públicos.

2.1 STATUS DE ORGANIZAÇÃO DOS CATADORES E CATADORAS CADASTRADOS

De um total de 3.084 catadores e catadoras cadastrados, 80% fazem parte do grupo dos não-organizados, identificados como trabalhadores de rua (73,7%) e lixão (6,3%), 19% estão organizados em empreendimentos, e 1% não informou seu status de organização. No Gráfico 2.1.1 é possível observar os valores absolutos e a proporção percentual.

Gráfico 2.1.1

Status de organização



Fonte: Pesquisa Longitudinal - Questionário integrado Sea - Pangea - FGV Projetos.

2.2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS CATADORES E CATADORAS CADASTRADOS

2.2.1 DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

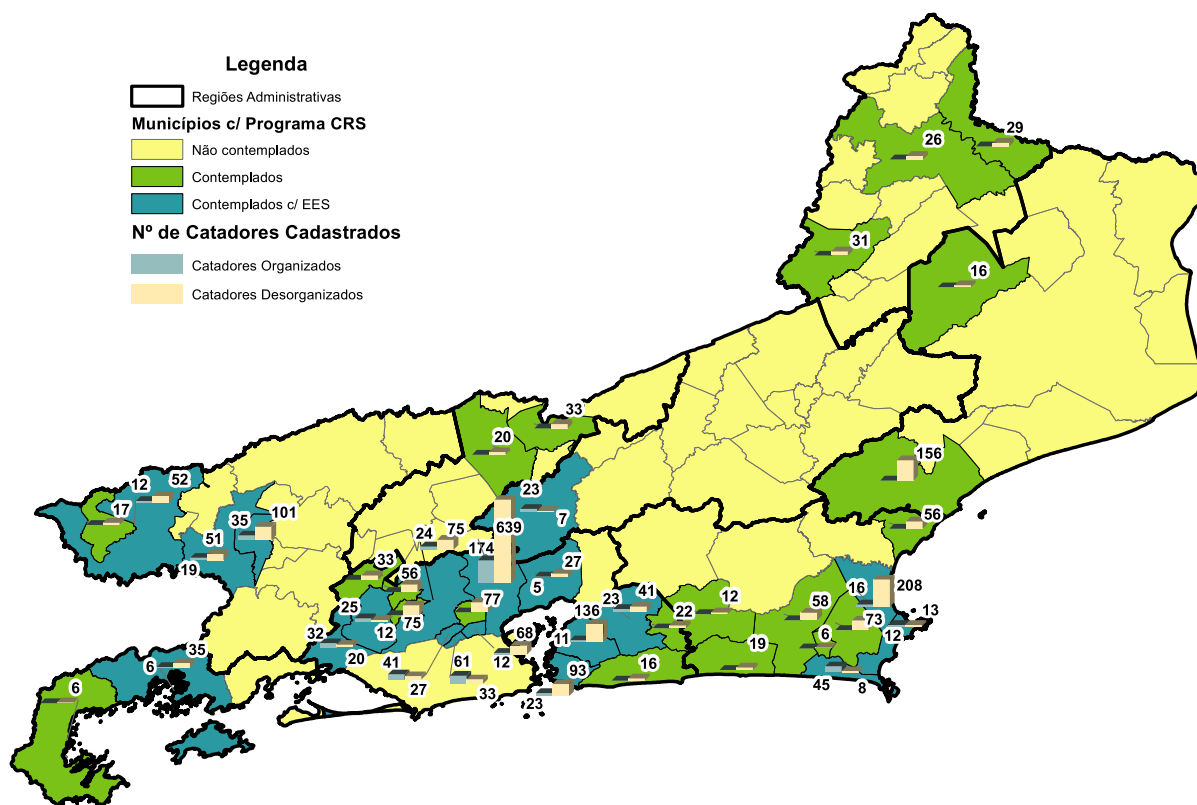
No Mapa 2.2.1.1 é possível visualizar o quantitativo de catadores cadastrados segundo região, município de atuação e status de organização.

O maior percentual (49% do total) é observado na Baixada Fluminense, que corresponde também à região de maior quantitativo populacional. Uma cidade em especial contribui para este quadro: Duque de Caxias, com 26,4% do total. Este número elevado se deve ao fechamento do lixão de Gramacho, maior lixão da América Latina, no ano de 2012.

A segunda região com maior percentual é a região dos Grandes Lagos, com 19% dos cadastrados. Destes, 7,3% são de Cabo Frio, cidade turística com elevada geração de resíduos de alto valor agregado, tais como latinhas e garrafas PET. Já nas regiões do Leste Metropolitana e Sul Fluminense/ Costa Verde estão, respectivamente, 12% e 11% do total de catadores. Por fim, as regiões Serrana II e Noroeste Fluminense concentram o mesmo percentual de 3%.

Mapa 2.2.1.1

Quantitativo de catadores/as cadastrados/as segundo região, município e status de organização



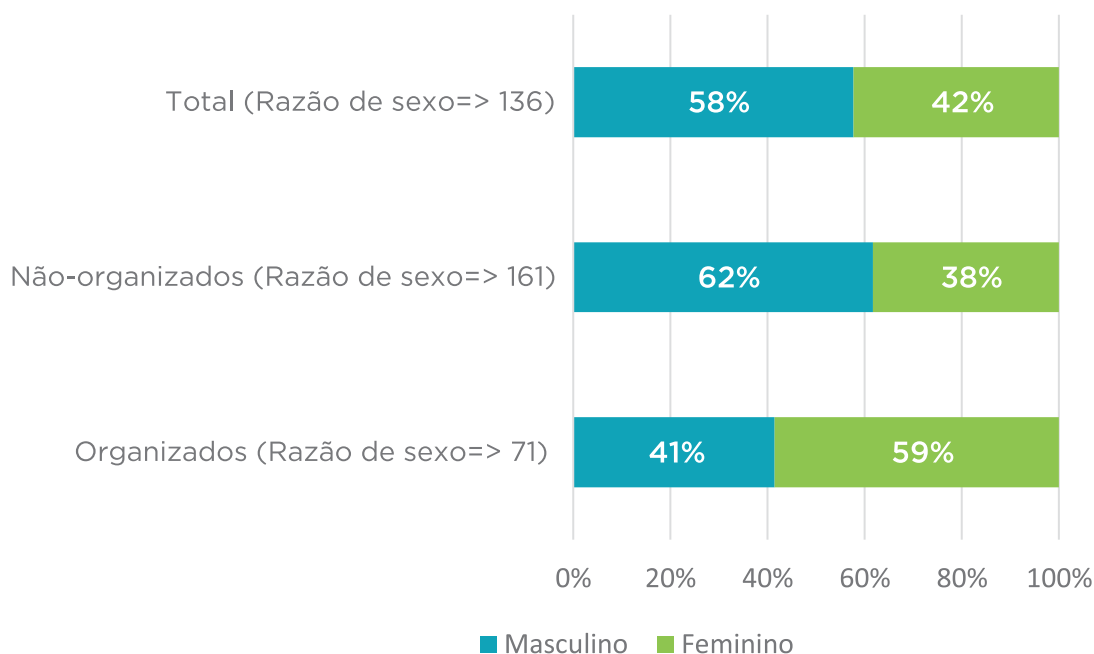
2.2.2 DISTRIBUIÇÃO POR SEXO

A razão de sexo compreende o número de homens em uma população em relação ao número de mulheres. No âmbito do Projeto CRS, ela foi calculada proporcionalmente a cada grupo de 100 mulheres.

Como é possível visualizar no Gráfico 2.2.2.1, o valor para o total de cadastrados equivale a 136, indicando que para cada grupo de 100 catadores do sexo feminino há 136 do sexo masculino. O recorte conforme o status de organização sinaliza, contudo, que a proporção segundo o sexo apresenta características distintas entre os catadores não-organizados e organizados. No primeiro grupo, o indicador corresponde a 161, reforçando o perfil encontrado para o total de cadastrados. Já entre os catadores organizados, esta razão se inverte, pois para cada grupo de 100 catadoras existem 71 homens.

Gráfico 2.2.2.1

Distribuição dos/as catadores/as cadastrados/as por sexo: total, não-organizados/as e organizados/as



2.2.3 DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA

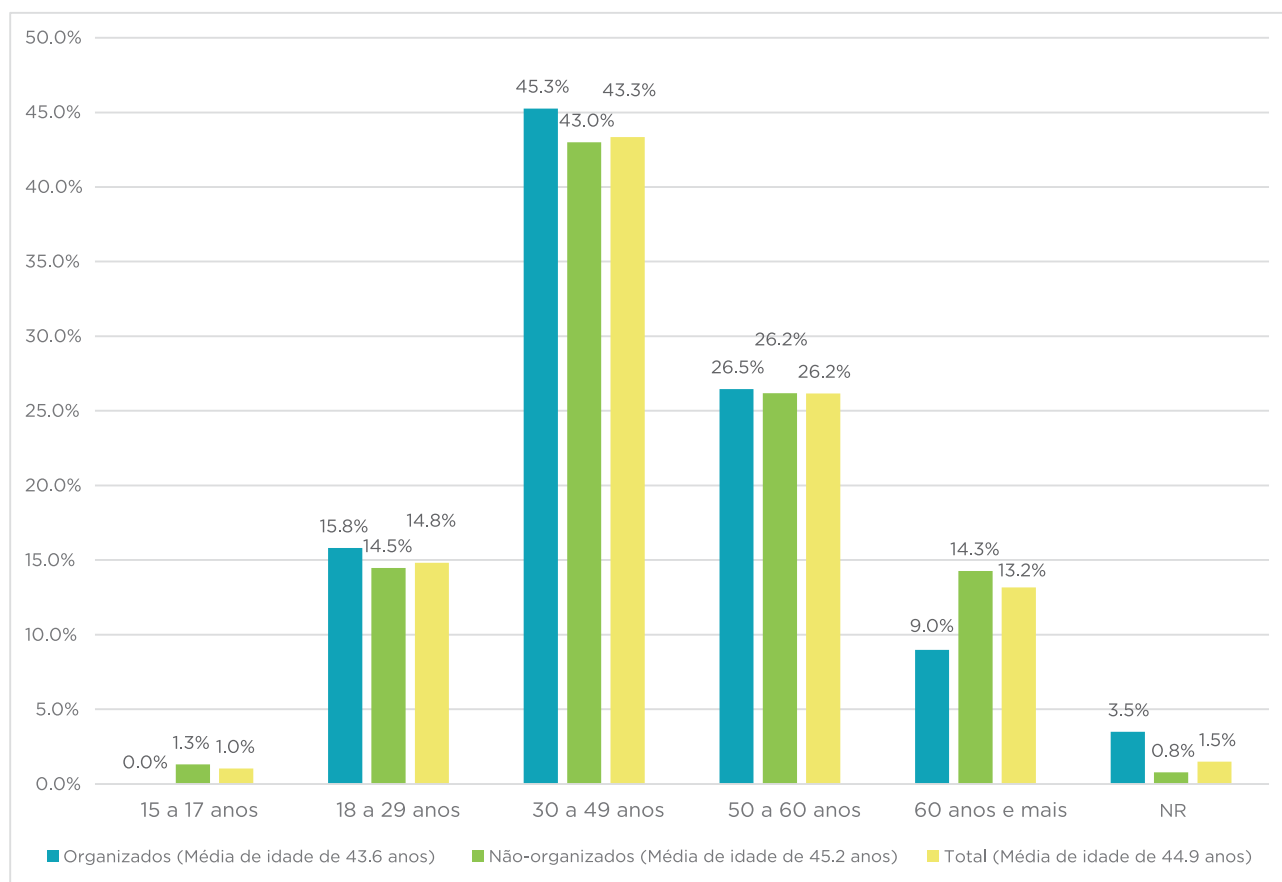
O Gráfico 2.2.3.1 apresenta o percentual, segundo grupos de idade, para o total de cadastrados, bem como o recorte por status de organização. A análise da composição etária tem papel importante na definição de políticas públicas voltadas para este segmento.

Os catadores e catadoras organizados apresentam média de idade de 43.6 anos, enquanto os não-organizados apresentam média um pouco superior, de 45.2 anos. A média de idade para o total de cadastrados é de 44.9 anos.

Quase metade do total de cadastrados (43%) se situa entre 30 e 49 anos. Aproximadamente 15% possuem entre 18 e 29 anos, 26% têm entre 50 e 60 anos, e 13% possuem 60 anos ou mais. Destaca-se ainda que 1% (32 pessoas) ainda não atingiu a idade adulta, e tem entre 15 e 17 anos.

Gráfico 2.2.3.1

Distribuição dos/as catadores/as cadastrados/as segundo grupo etário: organizados/as, não-organizados/as e total



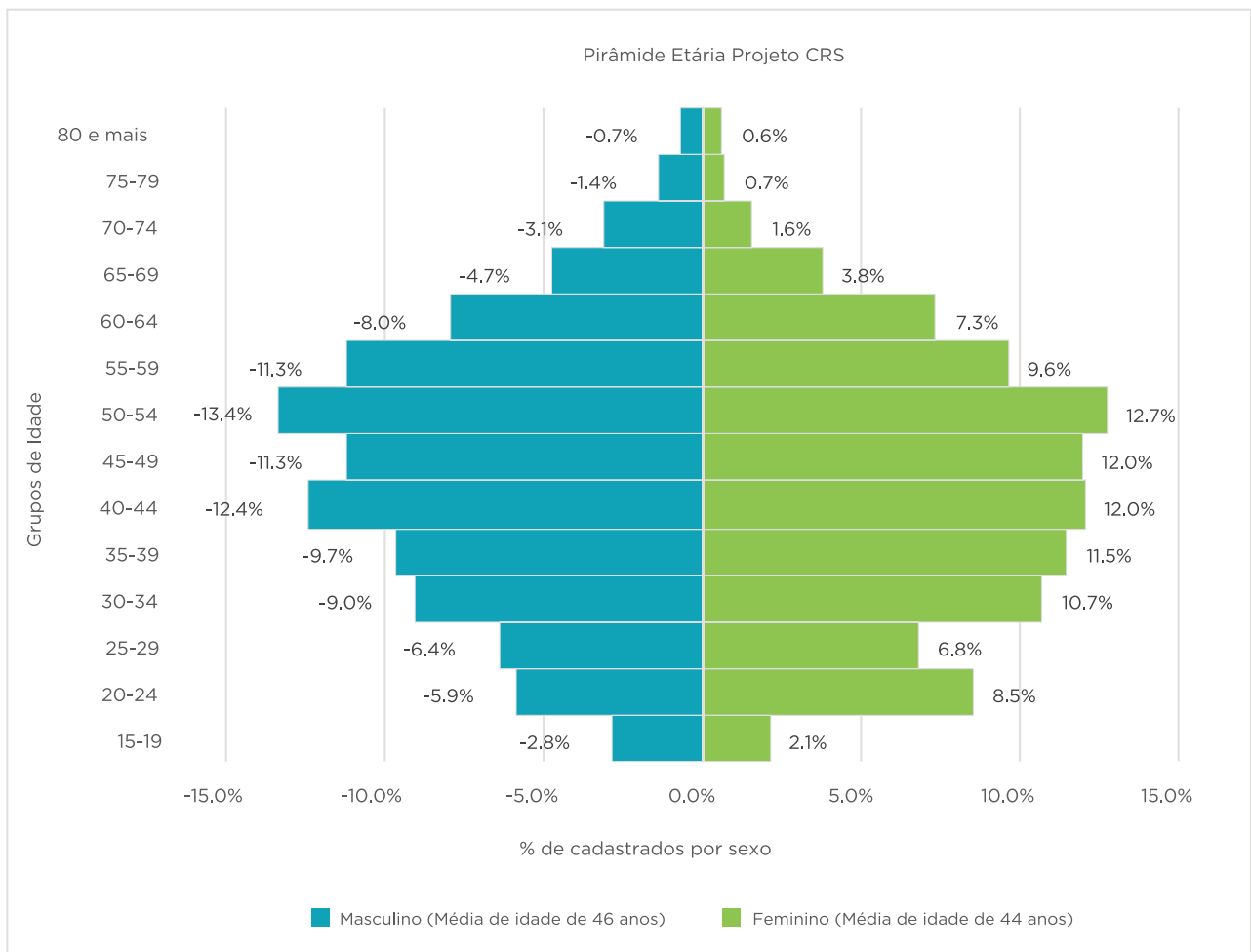
Fonte: Pesquisa Longitudinal - Questionário integrado Sea - Pangea - FGV Projetos.

No que se refere aos status de organização, observa-se que a distribuição etária dos organizados apresenta percentuais mais significativos entre os grupos de idade mais jovens, enquanto a representatividade dos não-organizados é mais significativa no grupo de 60 anos ou mais.

O perfil para o total de cadastrados segundo grupo etário (grupos quinquenais) e sexo pode ser observado a partir da construção da pirâmide etária do projeto (Gráfico 2.2.3.2). Observa-se que, embora o maior percentual seja o da faixa etária de 50-54 anos para ambos os sexos, as catadoras apresentam perfil etário mais rejuvenescido, quando comparadas à distribuição etária dos homens.

Gráfico 2.2.3.2

Distribuição dos/as catadores/as cadastrados/as segundo grupo etário e sexo

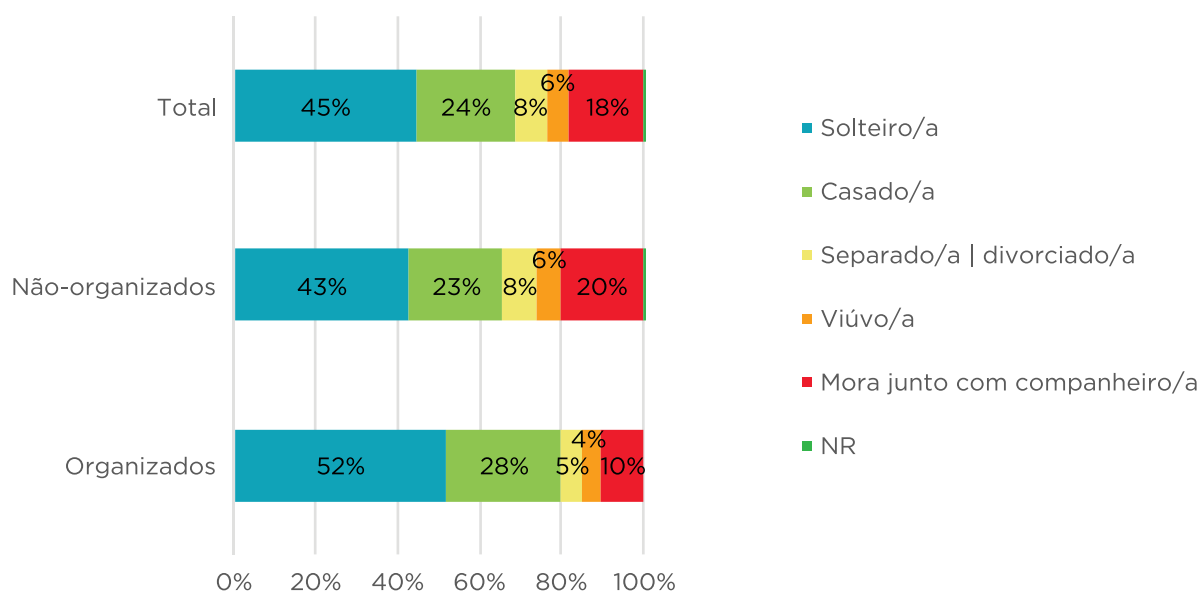


2.2.4 ESTADO CIVIL

A distribuição dos catadores e catadoras cadastrados segundo estado civil é apresentada no Gráfico 2.2.4.1. Observa-se que o percentual de solteiros, bem como o de casados, é mais significativo entre os organizados, quando comparado aos não-organizados e ao total. O percentual de coabitações, por outro lado, apresenta o menor percentual entre os organizados (10%), contra 20% entre os não-organizados e 18% para o total de cadastrados.

Gráfico 2.2.4.1

Distribuição dos/as catadores/as cadastrados/as segundo estado civil: total, não-organizados/as e organizados/as



Fonte: Pesquisa Longitudinal - Questionário integrado Sea - Pangea - FGV Projetos.

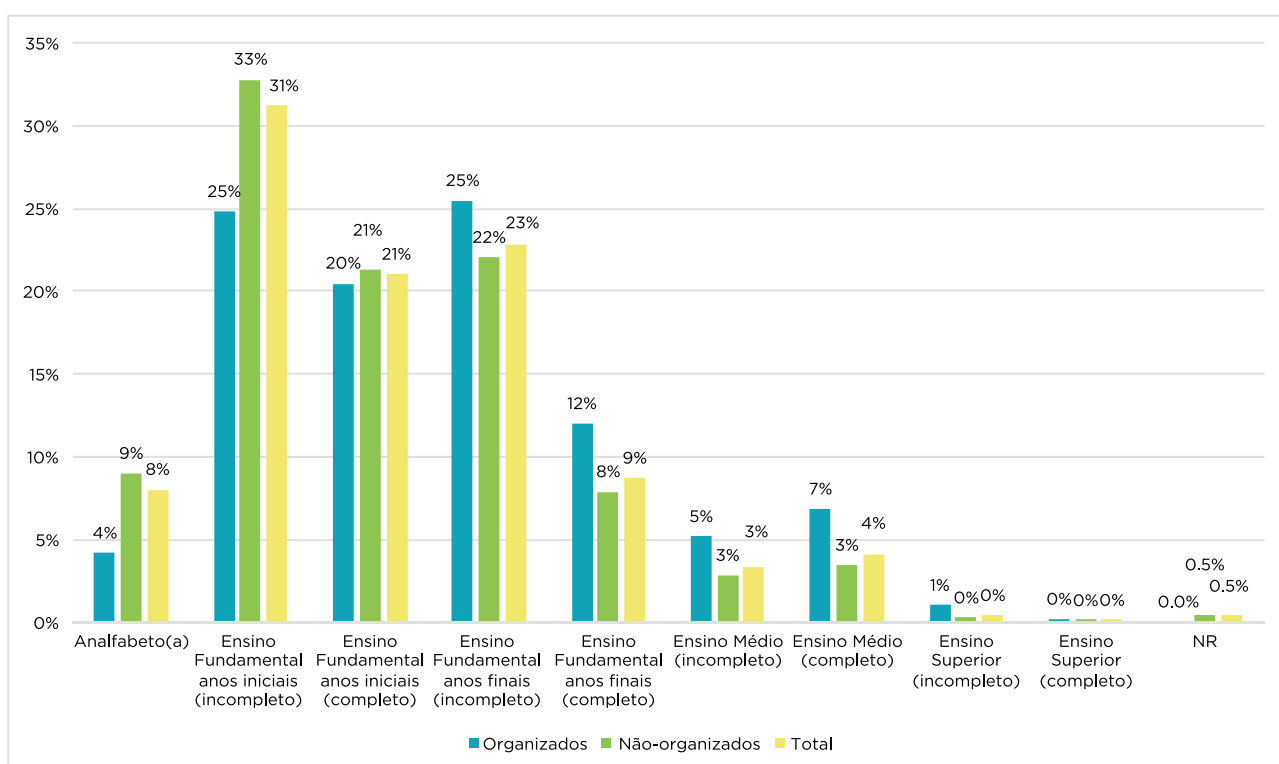
2.2.5 ESCOLARIDADE

A baixa escolaridade de catadores e catadoras cadastrados tem implicações no acesso ao mercado de trabalho formal, estimulando a inserção na atividade de coleta de materiais recicláveis, cujas barreiras de entrada são praticamente inexistentes.

Apesar da situação geral de baixa escolaridade, observam-se diferenças entre organizados e não organizados. Os indicadores refletem um melhor posicionamento do grupo de organizados, que possui menos da metade de analfabetos do que os não-organizados. Além disso, o percentual de catadores e catadoras com ensino fundamental incompleto é oito pontos percentuais inferior entre os organizados. Como é possível visualizar no Gráfico 2.2.5.1, à medida em que aumenta o nível educacional, os organizados passam a ter maior representatividade relativamente aos não-organizados.

Gráfico 2.2.5.1

Distribuição dos/as catadores/as cadastrados/as segundo nível de escolaridade: organizados/as, não-organizados/as e total



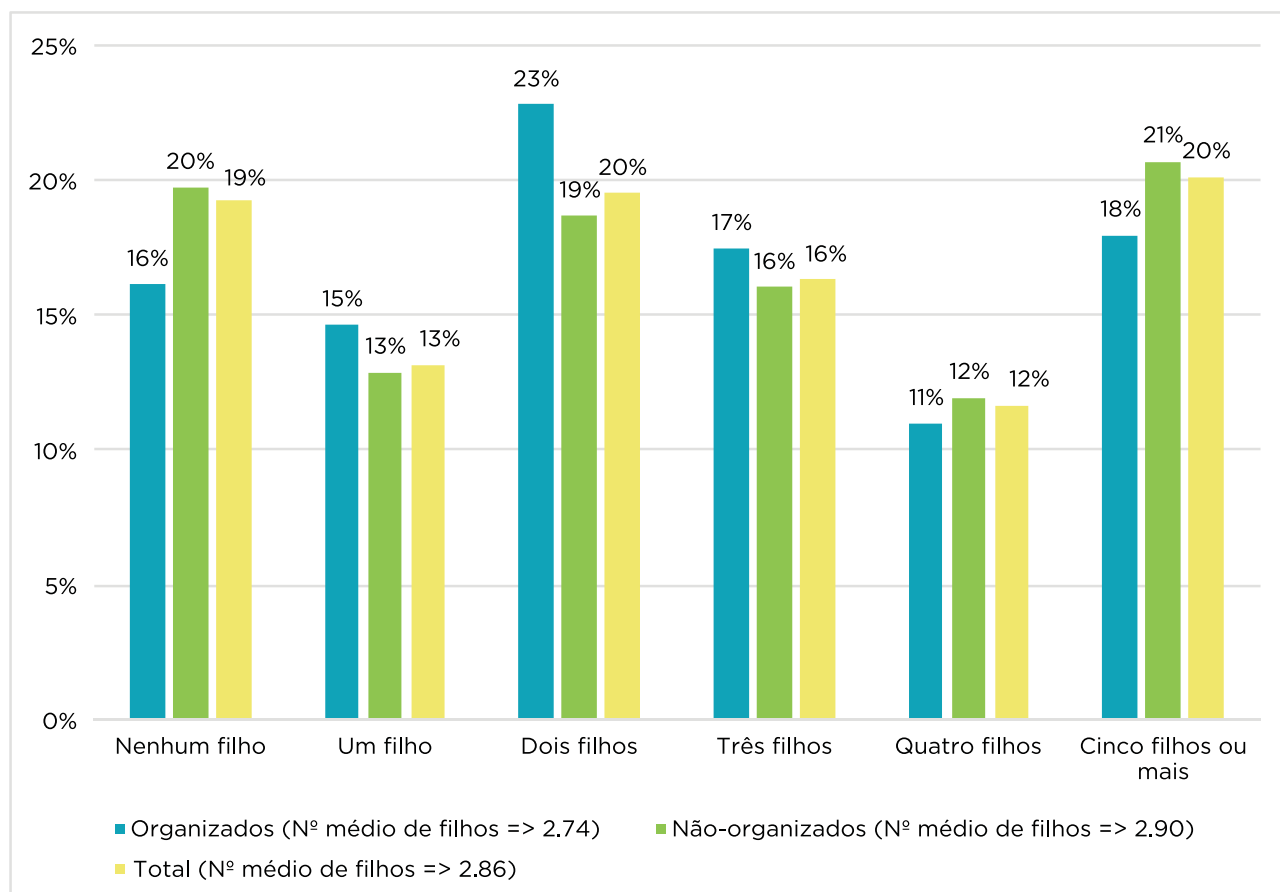
Fonte: Pesquisa Longitudinal - Questionário integrado Sea - Pangea - FGV Projetos.

2.2.6 NÚMERO DE FILHOS

Embora o número médio de filhos não apresente grandes diferenciais quando se compara o total de cadastrados e o recorte segundo status de organização, verifica-se que, tal como a escolaridade, este é um indicador que reforça o melhor posicionamento social de catadores e catadoras organizados. Conforme apresenta o Gráfico 2.2.6.1, o número médio de filhos corresponde a 2.86 para o total de cadastrados e a 2.90 para os não-organizados. O menor valor médio (2.74) é observado entre os organizados. À medida em que aumenta o número de filhos, os catadores organizados passam a ter menor representatividade relativamente aos não-organizados.

Gráfico 2.2.6.1

Distribuição dos/as catadores/as cadastrados/as segundo número de filhos: organizados/as, não-organizados/as e total



Fonte: Pesquisa Longitudinal - Questionário integrado Sea - Pangea - FGV Projetos.

2.2.7 AUTODECLARAÇÃO DE COR/RAÇA

No que se refere à autodeclaração de sua cor/raça, a maior parte dos catadores e catadoras (47% do total) se identifica como pardo. O mesmo ocorre entre os organizados, com o percentual de 50%. Já entre os não-organizados, o percentual de identificação é ligeiramente menor, com aproximadamente 46%.

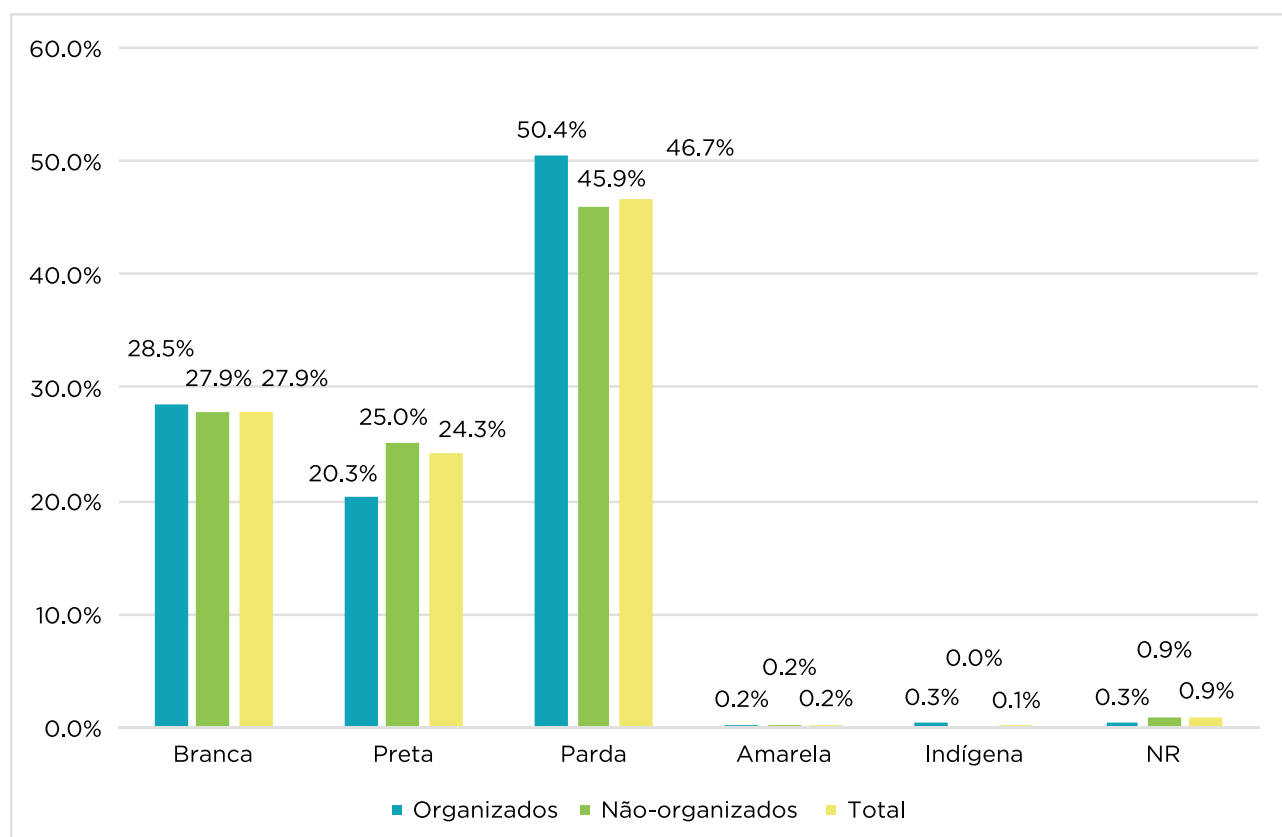
Em segundo lugar aparece a referência à cor branca, com aproximadamente 28% do total dos profissionais. Os percentuais segundo status de organização são bastante próximos, com aproximadamente 29% entre os organizados, e 28% entre os não-organizados.

Em terceiro lugar está a menção à cor preta, com maior identificação entre os catadores e catadoras não-organizados (25%). Entre os organizados o percentual corresponde a 20%.

Como parâmetro para a análise, os dados do Censo Demográfico de 2010 apontam 43% de pardos no país, percentual pouco inferior ao observado para o total de catadores e catadoras cadastrados. A menção às categorias branco e preto são, contudo, bastante diferenciadas. No total da população do país, identificaram-se como brancos 47,7% dos recenseados, e como pretos, 7,6%. Assim, o percentual de pretos na atividade de catação é superior ao da população brasileira como um todo, evidenciando a questão racial associada à atividade de reciclagem.

Gráfico 2.2.7.1

Distribuição dos/as catadores/as cadastrados/as segundo autodeclaração de cor: organizados/as, não-organizados/as e total



2.3 CONDIÇÕES DE MORADIA

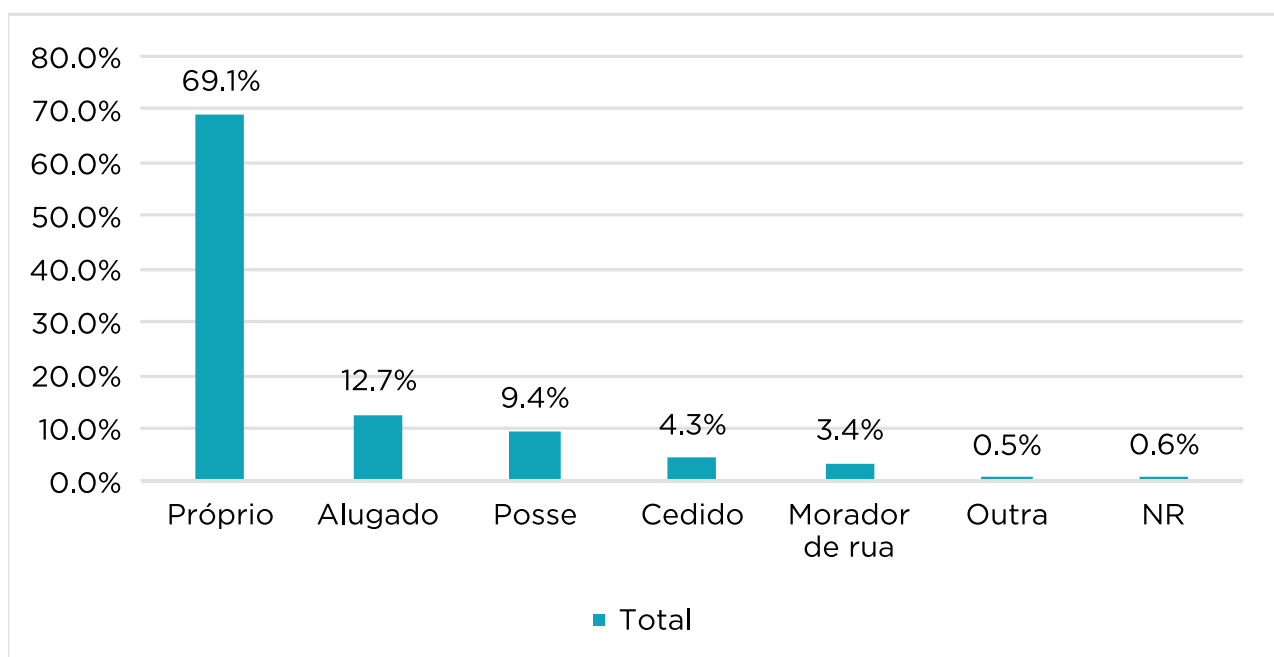
2.3.1 CONDIÇÃO DO DOMICÍLIO

Um dado surpreendente foi revelado, em relação à condição do domicílio dos catadores e catadoras cadastrados: 69% afirmaram residir em domicílio próprio, esteja ele já pago ou em fase de quitação de financiamento. Estes números podem indicar o sucesso de políticas habitacionais para a população de baixa renda, tais como o programa Minha casa Minha Vida. Outra hipótese é que, por se tratarem de pessoas que habitam cidades do interior do Estado do Rio de Janeiro, os laços de família e vizinhança são mais fortes, gerando maior potencialidade de estabilidade nas condições de reprodução social.

Vivem em domicílios alugados, aproximadamente, 13% dos cadastrados; enquanto 9.4% mencionaram residir em domicílio proveniente de posse; e 4.3% em domicílios cedidos, seja por empregadores ou por outra forma. Destaca-se ainda que 3.4% dos cadastrados se identificaram como moradores de rua. Apenas como parâmetro para análise, os dados do Censo Demográfico de 2010 apontaram, aproximadamente, que 72% da população da Região Sudeste vivia em domicílio próprio e 20% em moradias alugadas.

Gráfico 2.3.1.1

Distribuição dos/as catadores/as cadastrados/as segundo condição do domicílio: organizados/as, não-organizados/as e total





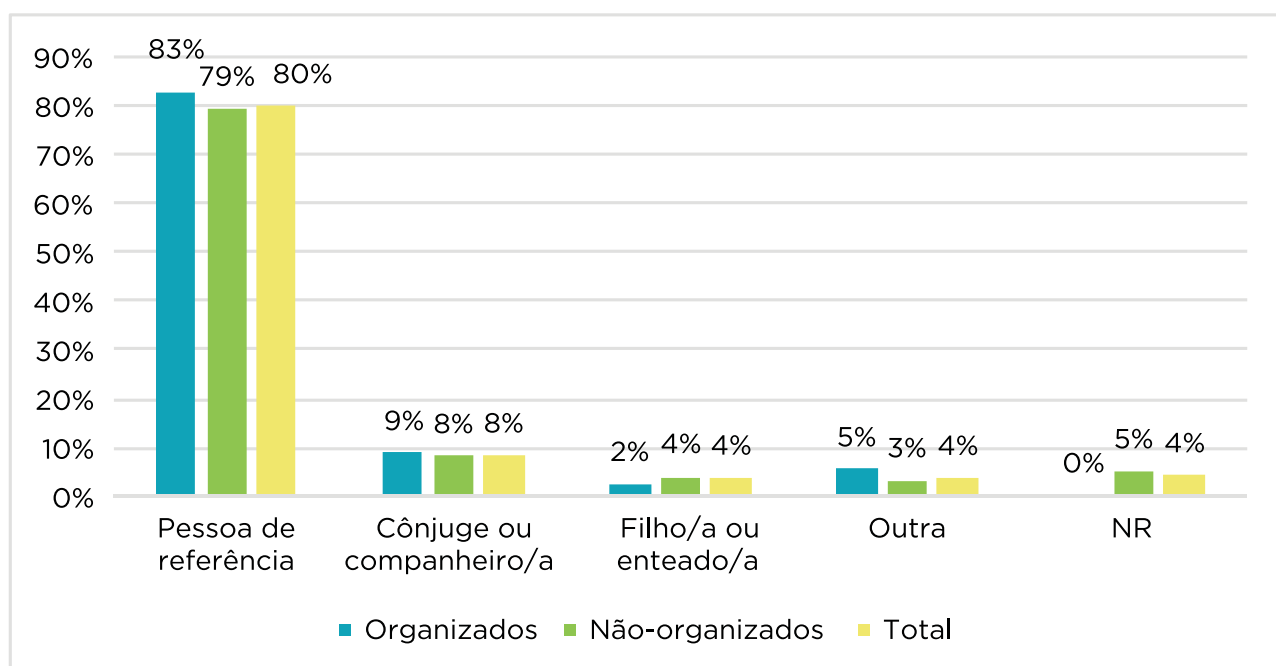
2.3.2 RELAÇÃO DE PARENTESCO COM A PESSOA DE REFERÊNCIA DO DOMICÍLIO

Embora não exista uma regra universal para definir quem deverá ser o chefe ou a pessoa de referência do domicílio, nesta pesquisa adotou-se como critério de identificação o principal provedor.

Tanto no total como no recorte por status de organização, a maior parte dos cadastrados se identificou como a pessoa de referência, ou seja, aquela identificada como principal provedora do domicílio. Neste sentido, a análise do indicador em paralelo às características socioeconômicas dos catadores e catadoras (escolaridade, número de filhos, cor/raça, rendimento proveniente do trabalho, entre outras) fornece o grau da vulnerabilidade a que o domicílio está exposto.

Gráfico 2.3.2.1

Distribuição dos/as catadores/as cadastrados/as segundo relação de parentesco com a pessoa de referência do domicílio: organizados/as, não-organizados/as e total



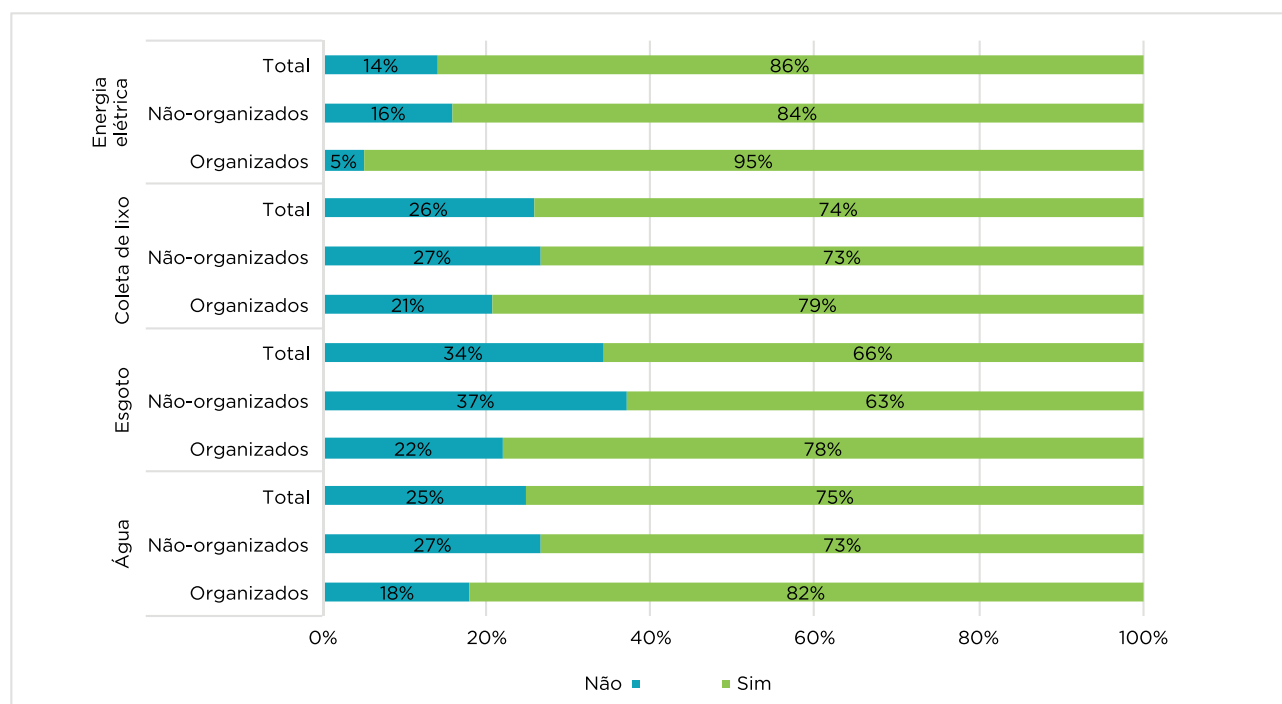
Fonte: Pesquisa Longitudinal - Questionário integrado Sea - Pangea - FGV Projetos.

2.3.3 ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS

O acesso a serviços públicos constitui um importante indicador da qualidade de vida da população, estando as condições precárias de residência intimamente associadas à desnutrição e à ocorrência de infecções. Neste sentido, buscou-se analisar as condições de moradia da população beneficiária do projeto quanto ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário, à coleta de lixo e à energia elétrica (Gráfico 2.3.3.1). Em todos estes quesitos, o acesso é maior entre catadores e catadoras organizados.

Gráfico 2.3.3.1

Distribuição dos/as catadores/as cadastrados/as segundo acesso a serviços públicos: total, não-organizados/as e organizados/as



Fonte: Pesquisa Longitudinal - Questionário integrado Sea - Pangea - FGV Projetos.

Como parâmetro para análise, a Tabela 2.3.3.1 mostra os dados sobre o acesso a serviços públicos para o Brasil, a Região Sudeste e o Estado do Rio de Janeiro, a partir do Censo Demográfico de 2010.

O acesso à energia elétrica figura entre os índices mais elevados, sendo reconhecido como um serviço universalizado no Brasil, com 99% dos domicílios cobertos (Tabela 2.3.3.1). No que se refere aos profissionais cadastrados, este percentual corresponde a 86% entre o total de catadores e catadoras. O recorte segundo status de organização revela uma discrepância ainda mais significativa, com percentual de acesso de 84% entre os não-organizados e 95% entre os organizados.

Para a coleta de lixo, consideram-se os domicílios com coleta direta por serviço de limpeza. A média nacional corresponde a 80%, e entre os catadores e catadoras cadastrados o percentual equivale a 74%. Considerando-se o status de organização, observa-se que a porcentagem entre os organizados é de um ponto percentual inferior à média nacional, e entre os não-organizados é de 73%.

No que se refere ao esgotamento sanitário, foram agregadas as informações sobre o acesso à rede coletora ou à fossa séptica ligada à rede coletora. Para o Brasil, o percentual de acesso é de 67%, enquanto para a Região Sudeste e o Estado do Rio de Janeiro é de 86%. Entre o total de catadores e catadoras cadastrados, este indicador equivale a 66%. Entre os organizados, é de 78%, mas os não organizados estão abaixo da média nacional, com apenas 63%.

O último quesito, de acesso à rede geral de água, alcançou 75% do total de cadastrados. O percentual é inferior à média nacional, bem como os 84% do Estado do Rio de Janeiro. A análise dos dados desagregados por status de organização reforça os diferenciais observados para os demais serviços considerados. O acesso é maior por parte dos catadores e catadoras organizados em empreendimentos (82%), se comparados aos não-organizados (73%).

Os critérios de adequação das condições de moradia considerados pelo IBGE levam em conta, além do acesso aos serviços de saneamento básico e energia elétrica, a presença no domicílio de até dois moradores por dormitório. Tomando estes parâmetros para a população de catadores e catadoras cadastrados, observa-se que 28.8% dos domicílios têm acesso aos serviços considerados e até dois moradores por dormitório, enquanto 5.1% não apresentam nenhuma destas condições. Os dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que, para o total da população, esses valores correspondem a, respectivamente, 52.5% e 4,1%.

Tabela 2.3.3.1

Acesso a serviços públicos: Brasil, Região Sudeste e Estado do Rio de Janeiro, 2010

SERVIÇOS PÚBLICOS	BRASIL	REGIÃO SUDESTE	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Energia Elétrica	98%	99%	99%
Coleta de Lixo	80%	89%	86%
Esgotamento sanitário	67%	86%	86%
Abastecimento de água	83%	90%	84%

Fonte: Censo Demográfico de 2010.



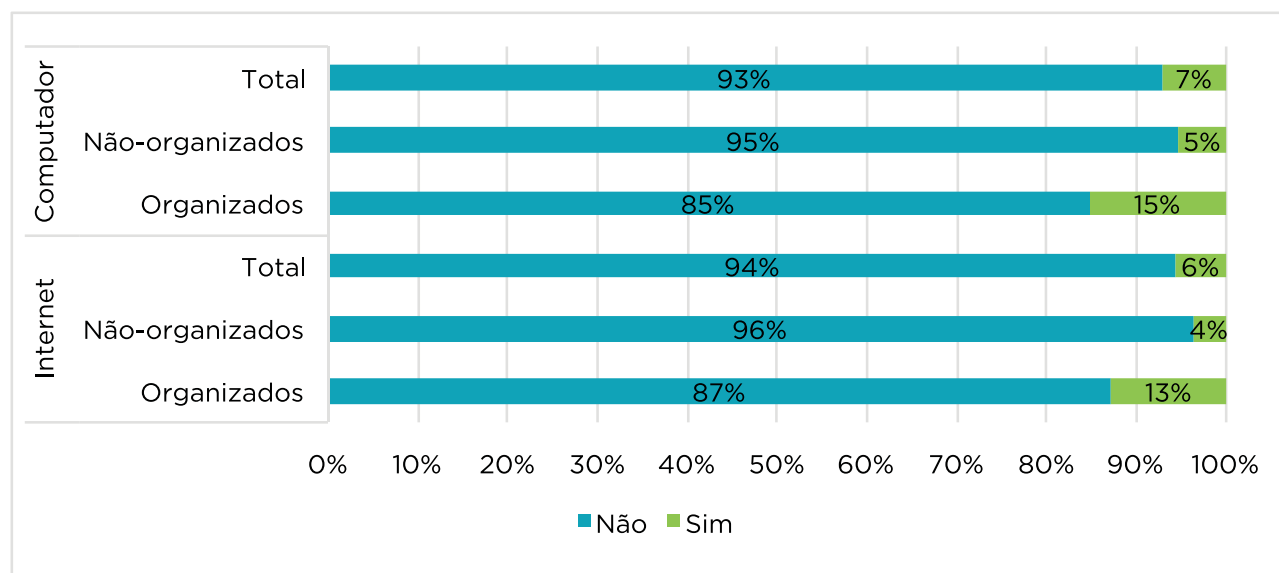
2.3.4 INCLUSÃO DIGITAL

A inclusão digital é mensurada, neste estudo, a partir de dois indicadores: a presença de computador e o acesso à internet no domicílio. É importante ressaltar que apenas 7% do total de cadastrados possuem computador. Este percentual chega a 15% entre os organizados em empreendimento, mas entre os não-organizados o valor não passa de 5%. Os dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que 39% dos domicílios possuem computador, o que demonstra o grande diferencial dessa parcela da população, com valores bastante inferiores à média nacional.

Ter um computador, no entanto, não significa necessariamente que exista conexão à internet. De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, do total de domicílios com computador no Brasil, 4,31 milhões não têm acesso à web. O acesso está presente em, aproximadamente, 31% dos lares brasileiros. Entre os catadores e catadoras cadastrados observam-se percentuais bem menos significativos. Apenas 6% do total de cadastrados têm acesso à rede. Este percentual corresponde a 13% entre os organizados e 4% entre os não-organizados. Destaca-se, contudo, que o gap entre a posse de computador e o acesso à web é menor para catadores e catadoras de materiais recicláveis, se comparados à população como um todo.

Gráfico 2.3.4.1

Distribuição dos/as catadores/as cadastrados/as segundo posse de computador e acesso à internet: não-organizados/as, organizados/as e total





Cadastro dos catadores na cooperativa ReCooperar Itaboraí, Itaboraí/RJ.

2.4 TRABALHO E RENDA

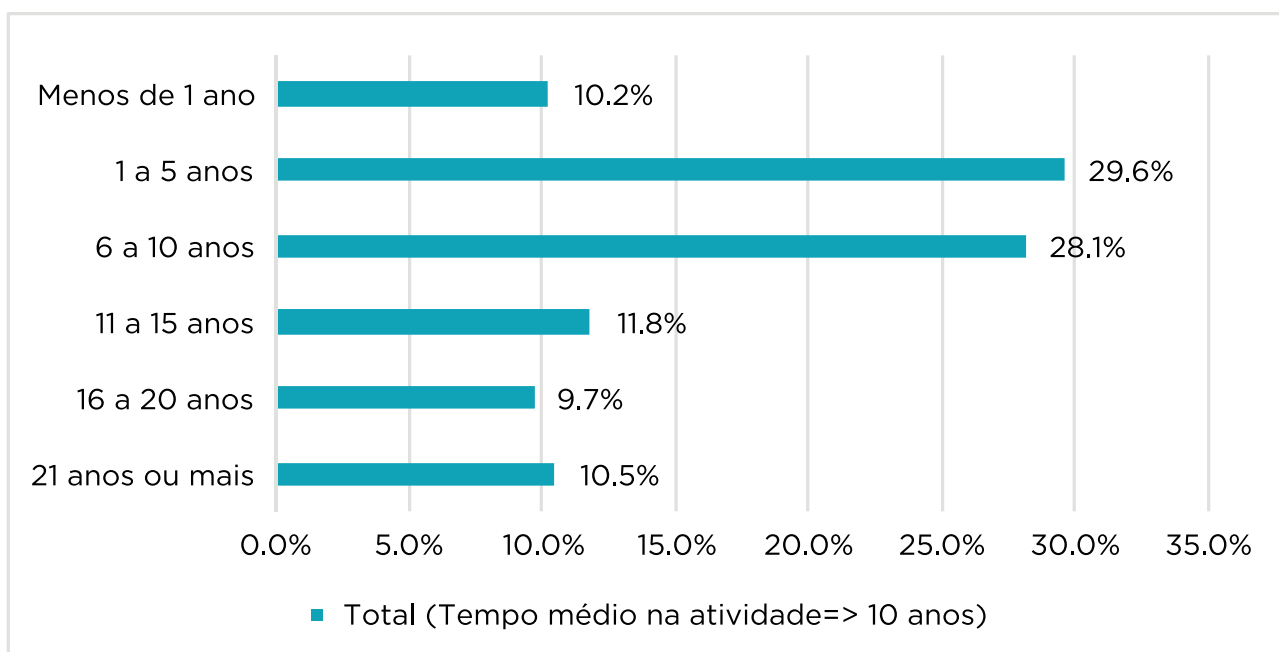
2.4.1 TEMPO MÉDIO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE CATAÇÃO

O tempo médio de exercício da atividade de catação é de 10 anos. Aproximadamente 40% dos catadores e catadoras têm até cinco anos de profissão, sendo que, deste percentual, 10% têm menos de um ano na atividade e 28% encontram-se na faixa dos 6 a 10 anos. Os 32% restantes apresentam tempo de profissão superior à média calculada. Tais dados vão de encontro à percepção vigente, em que é atribuída elevada rotatividade à atividade. Assim, pelo menos no que se refere aos catadores atuantes no interior do Estado do Rio de Janeiro, parece existir maior estabilidade na profissão.

É importante ressaltar que o recorte segundo status de organização não apresentou diferenciais significativos, tendo sido omitido do Gráfico 2.4.1.1.

Gráfico 2.4.1.1

Distribuição dos/as catadores/as cadastrados/as segundo quantidade de tempo dedicado à coleta de materiais recicláveis



Fonte: Pesquisa Longitudinal - Questionário integrado Sea - Pangea - FGV Projetos.

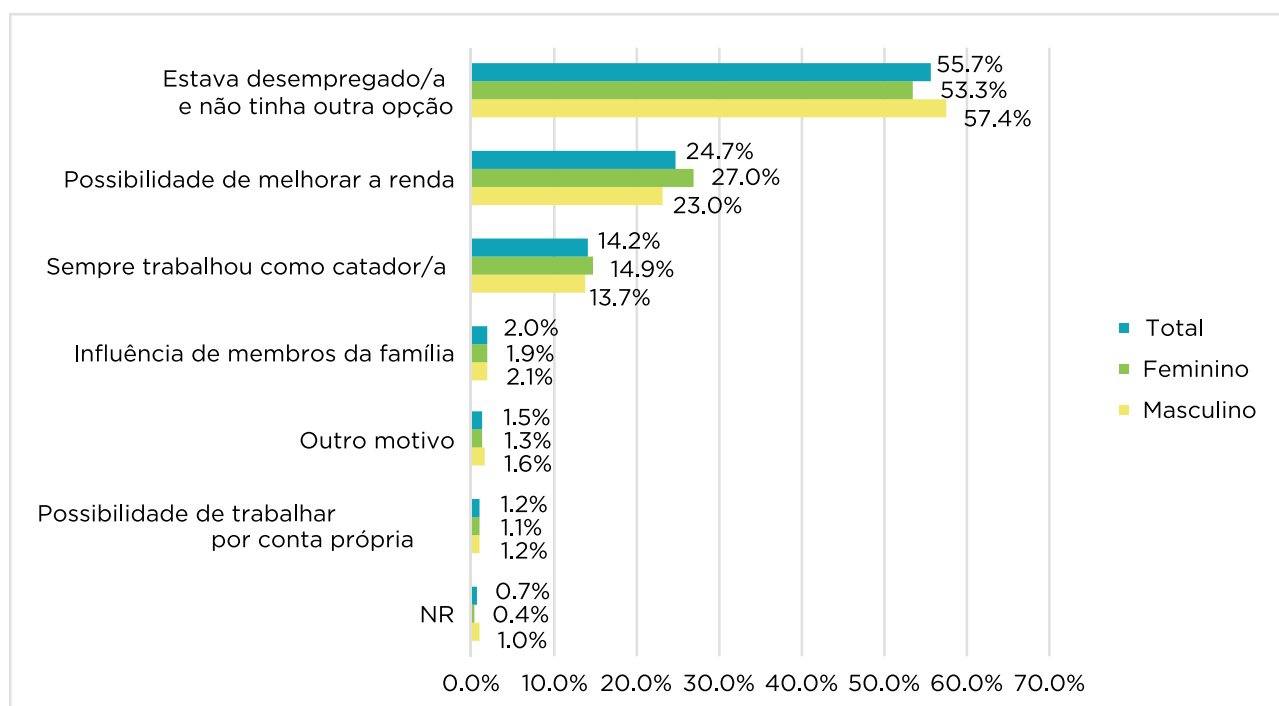
2.4.2 MOTIVAÇÃO PARA TRABALHAR COMO CATADOR E CATADORA

Os homens e mulheres cadastrados foram indagados sobre o principal motivo para se tornarem catadores de materiais recicláveis .

No Gráfico 2.4.2.1, observa-se que o principal motivo destacado foi o fato de não possuírem outra opção no momento em que estavam desempregados. Em segundo lugar, aparece a possibilidade de melhoria da renda, opção selecionada por 23% dos homens e 27% das mulheres. Em terceiro lugar, está a opção “sempre trabalhou como catador/a de materiais”. As demais opções de resposta apresentaram percentuais pouco significativos, não superiores a 2%. Salienta-se que entre estas estão as categorias “influência de membros da família” e “possibilidade de trabalhar por conta própria”.

Gráfico 2.4.2.1

Distribuição dos/as catadores/as cadastrados/as segundo principal motivo para se tornar catador/a de materiais recicláveis: total, feminino e masculino



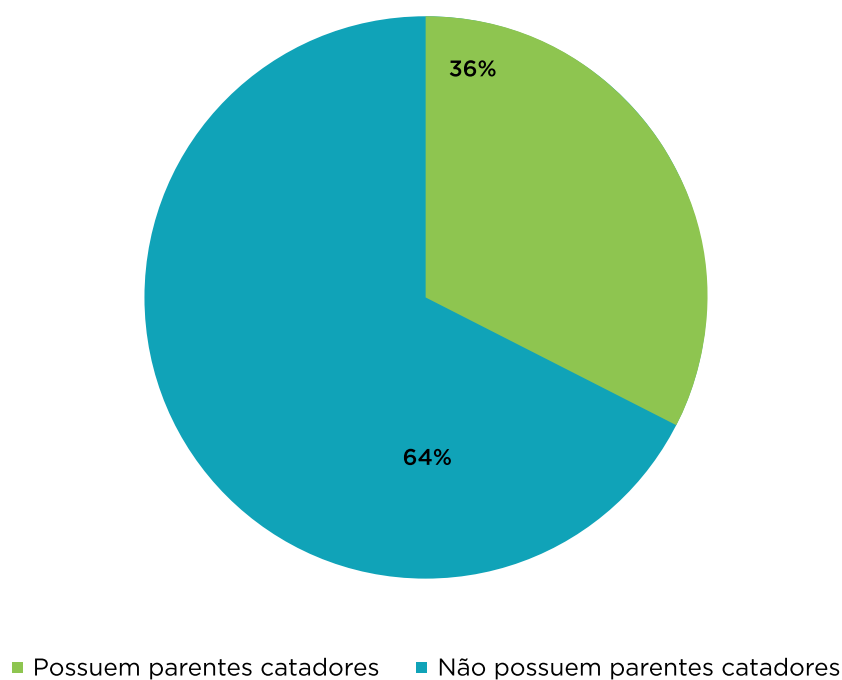
Fonte: Pesquisa Longitudinal - Questionário integrado Sea - Pangea - FGV Projetos.

2.4.3 RELAÇÃO DE PARENTESCO COM OUTROS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

No Gráfico 2.4.3.1, verifica-se que 64% dos cadastrados não possuem parentes que já trabalharam ou trabalham atualmente na atividade. Os 36% restantes possuem relações de parentesco com outros catadores ou catadoras, indicando que, em muitos casos, a atividade constitui uma estratégia de sobrevivência familiar.

Gráfico 2.4.3.1

Distribuição dos/as catadores/as cadastrados/as segundo relação de parentesco com outros/as catadores/as de materiais recicláveis



Fonte: Pesquisa Longitudinal - Questionário integrado Sea - Pangea - FGV Projetos.

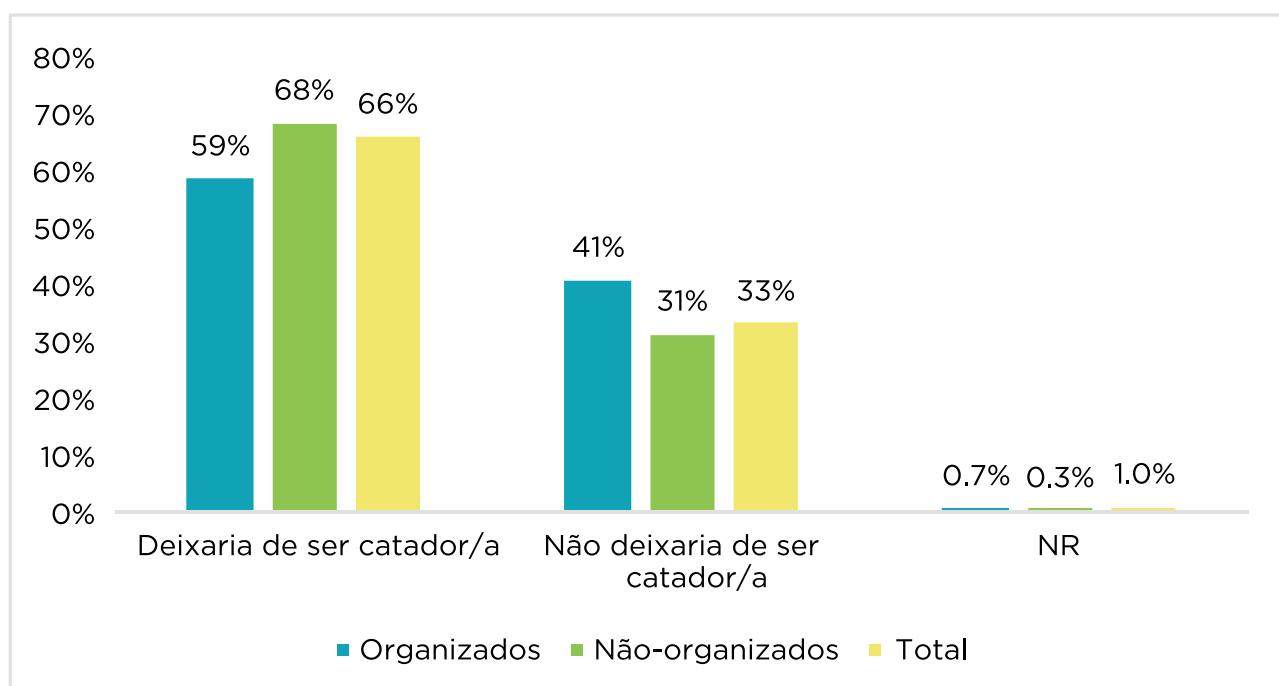
2.4.4 MOTIVAÇÃO PARA DEIXAR DE TRABALHAR COMO CATADOR(A)

Os catadores e catadoras cadastrados foram questionados se trabalhariam em outro ramo caso tivessem a possibilidade de abandonar a profissão. Como é possível perceber pelo Gráfico 2.4.4.1, a maioria (66%) respondeu positivamente. Tal posicionamento reflete as precárias condições de trabalho a que estes trabalhadores estão submetidos, bem como a baixa remuneração associada à atividade. Salienta-se, neste sentido, a necessidade de políticas públicas de apoio ao segmento.

O recorte por status de organização revela que o percentual mais significativo de resposta positiva é observado entre catadores e catadoras não-organizados: 68% deixariam a atividade, o que muito provavelmente é reflexo das condições de trabalho ainda mais precárias a que estão submetidos.

Gráfico 2.4.4.1

Distribuição dos/as catadores/as cadastrados/as segundo motivação para deixar de trabalhar como catador/a caso tivesse a oportunidade de trabalhar em outro ramo



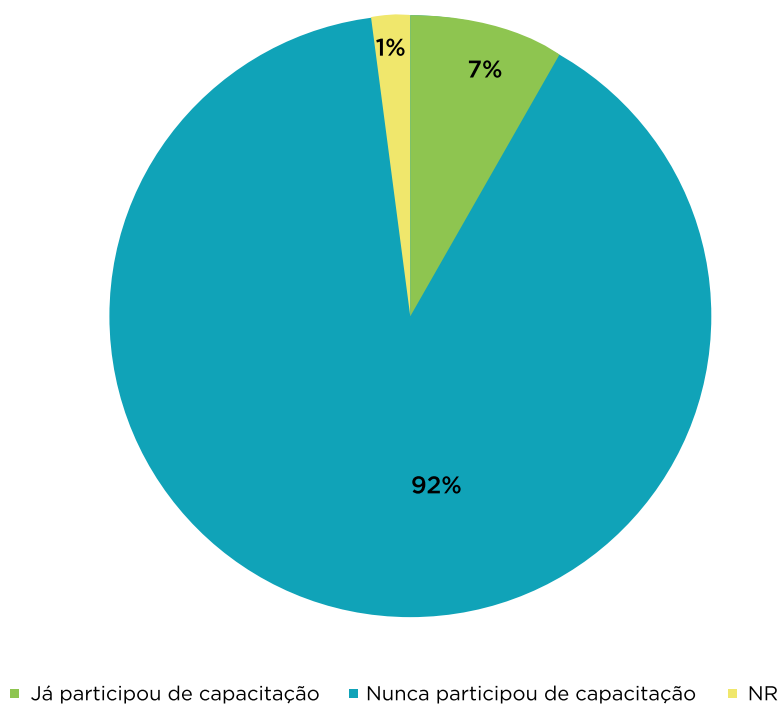
Fonte: Pesquisa Longitudinal - Questionário integrado Sea - Pangea - FGV Projetos.

2.4.5 CAPACITAÇÃO

A participação em cursos de formação constitui outro gargalo associado à atividade. Dentre os catadores e catadoras cadastrados, apenas 7% disseram já ter tido a oportunidade de participar de algum curso de formação. Neste sentido, salienta-se a relevância da promoção de políticas públicas de apoio à capacitação de catadores de materiais recicláveis, potencializando, assim, a viabilidade econômica dos empreendimentos existentes e o estímulo ao associativismo entre os catadores individuais – tendo-se em vista os ganhos de escala inerentes à organização destes trabalhadores.

Gráfico 2.4.5.1

Distribuição dos/as catadores/as cadastrados/as segundo participação em curso de capacitação para o trabalho



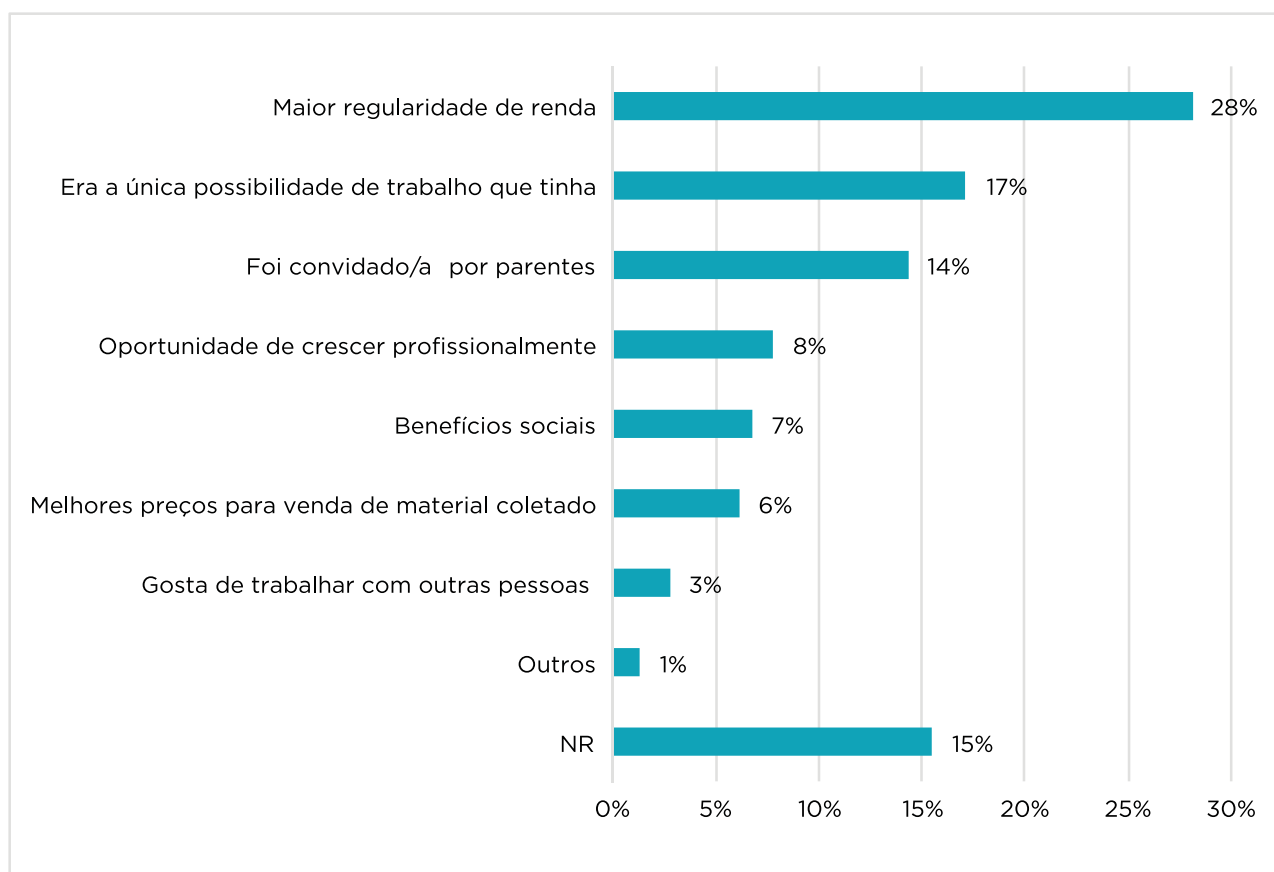
Fonte: Pesquisa Longitudinal - Questionário integrado Sea - Pangea - FGV Projetos.

2.4.6 MOTIVAÇÃO PARA TER SE ASSOCIADO A EMPREENHIMENTO DE CATADORES/AS

No que se refere à “motivação para ter se associado a um empreendimento”, foi apresentada aos catadores e catadoras uma questão fechada cujas opções estão discriminadas no Gráfico 2.4.6.1. Como principal fator impulsionador para a associação, aparece a regularidade da renda. Em segundo lugar, para 17% dos cadastrados, a associação era a única possibilidade de trabalho que possuíam. Já os 14% seguintes disseram terem sido convidados por parentes.

Gráfico 2.4.6.1

Distribuição dos/as catadores/as cadastrados/as organizados/as segundo principal motivação para se associar a empreendimento



Fonte: Pesquisa Longitudinal - Questionário integrado Sea - Pangea - FGV Projetos.

2.4.7 INTERESSE EM SE ASSOCIAR A EMPREENDIMENTO

Indagados sobre seu interesse em se associar a um empreendimento, (Gráfico 2.4.7.1) 60% de catadores e catadoras não-organizados responderam positivamente; 26% negativamente, e 14% não responderam.

Entre os catadores e catadoras que mencionaram não ter interesse na associação, foi perguntado ainda o principal motivo para a falta de motivação. A distribuição percentual das respostas é apresentada no Gráfico 2.4.7.2. Destacam-se as opções “não vê vantagens”, mencionada por 73% dos catadores, e a opção “necessita receber diariamente”, mencionada por 12%.

Gráfico 2.4.7.1

Distribuição dos/as catadores/as cadastrados/as não-organizados/as segundo interesse em se associar a empreendimento

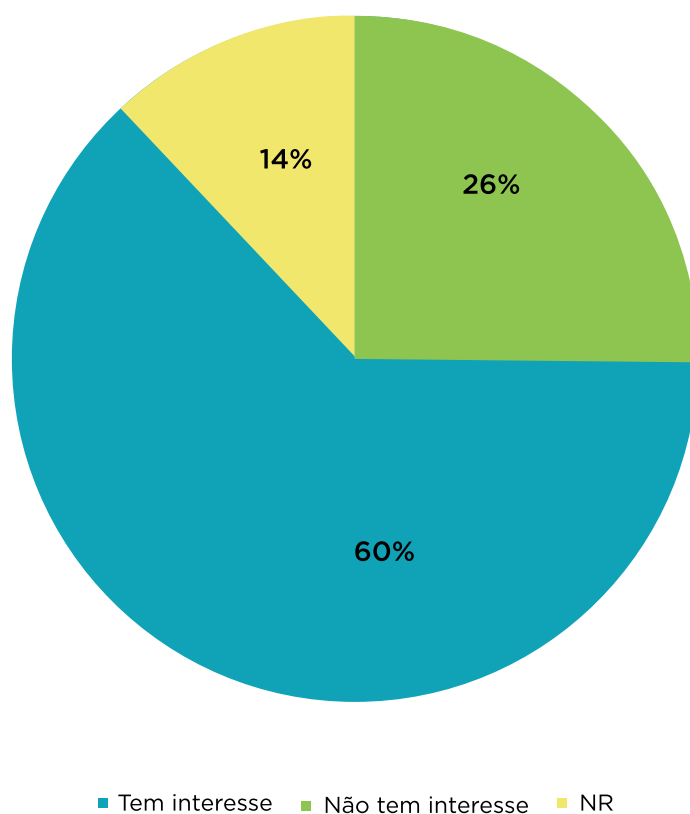
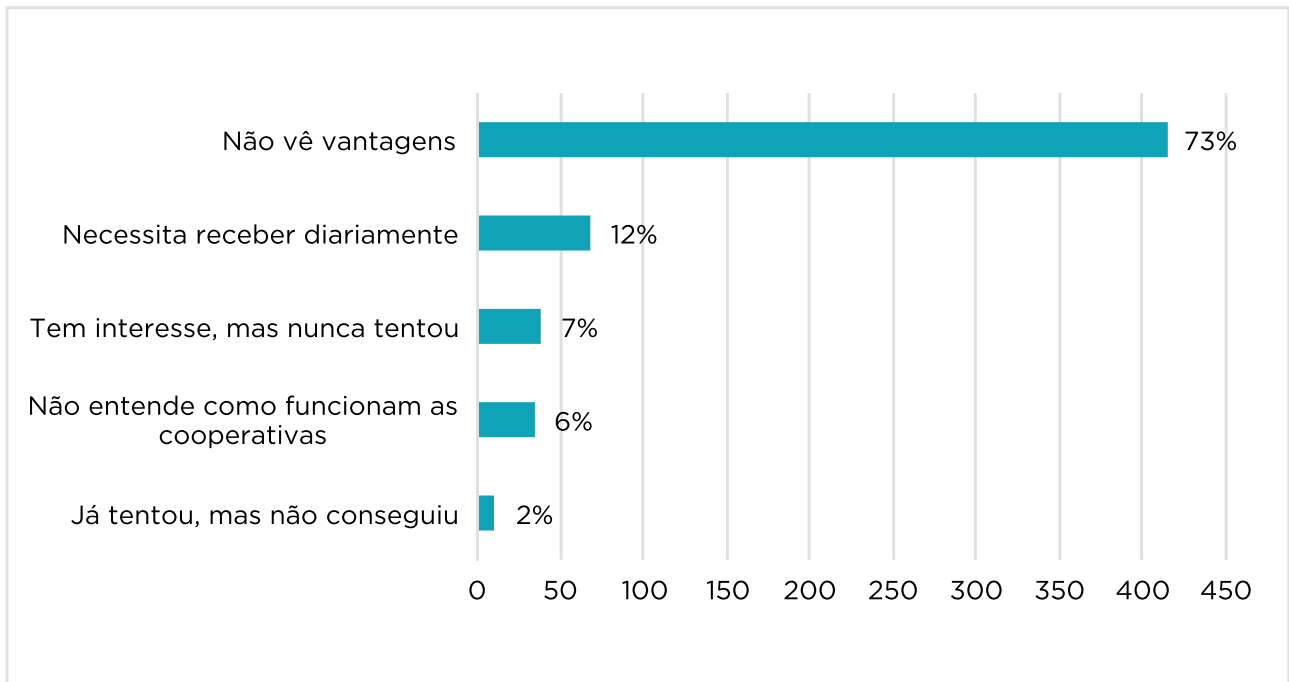


Gráfico 2.4.7.2

Distribuição dos/as catadores/as cadastrados/as não-organizados/as, segundo principal motivo para a falta de interesse na associação a empreendimento



Fonte: Pesquisa Longitudinal - Questionário integrado Sea - Pangea - FGV Projetos.



Pólo de Reciclagem de Jardim Gramacho, Duque de Caxias.

2.4.8 RENDIMENTO MÉDIO PROVENIENTE DA CATAÇÃO

Um aspecto essencial na análise do perfil socioeconômico dos catadores e catadoras cadastrados refere-se aos rendimentos provenientes da atividade. Os valores apresentados na Tabela 2.4.8.1 referem-se ao rendimento médio mensal em reais, declarado pelos cadastrados. Entre o total de cadastrados, o valor corresponde a R\$ 567,80, mas segundo o recorte por status de organização, verifica-se que os organizados possuem maior rendimento médio, de R\$ 615,21, enquanto os não-organizados possuem renda média de R\$ 552,68.

Tabela 2.4.8.1

Rendimento médio declarado, proveniente da catação

RENDIMENTO MÉDIO DECLARADO	VALOR EM REAIS
Total de cadastrados	567,80
Não-organizados	552,68
Organizados	615,21

Fonte: Pesquisa Longitudinal - Questionário integrado Sea - Pangea - FGV Projetos.

2.4.9 STATUS ECONÔMICO

Complementarmente ao rendimento médio mensal declarado pelos catadores cadastrados, adotou-se uma medida do status econômico dos mesmos a partir da proposição de um indicador sintético. Tal indicador foi construído a partir da agregação de variáveis relacionadas ao rendimento, apresentadas no Quadro 2.4.9.1. Tratam-se de variáveis binárias, em que o algarismo 1 indica posse/presença de determinada característica desejada, e o algarismo 0 a ausência desta característica.

É importante mencionar que uma série de estudos tem demonstrado a viabilidade do uso dessas variáveis como uma aproximação para a segmentação da população segundo status econômico (HOWE, HARGREAVES, GABRYSCH, HUTTLY, 2009; VYAS e KUMARANAYAKE, 2006; MCKENZIE, 2004; RUTSTEIN e JOHNSON, 2004; FILMER e PRITCHETT, 2001).

Quadro 2.4.9.1

Variáveis selecionadas para compor o indicador de status econômico dos catadores/as cadastrados/as

INDICADORES
Posse de bens
Telefone (fixo ou celular)
Computador
Internet
Rádio
TV
Automóvel de uso pessoal
Moto de uso pessoal
Geladeira
Freezer (independente ou fazendo parte da geladeira)
Máquina de lavar
DVD
Banheiro
Condições de moradia
Número de pessoas por cômodo utilizado para dormir
Condição de moradia
Serviços públicos disponíveis
Forma de abastecimento de água
Esgotamento sanitário
Domicílio tem eletricidade
Domicílio tem acesso a rede de coleta de lixo

Fonte: Pesquisa Longitudinal - Questionário integrado Sea - Pangea - FGV Projetos.

Na Tabela 2.4.9.2, os valores ordenados para o indicador proposto são divididos em cinco grupos (quintis). O primeiro quintil agrupa catadores e catadoras em piores condições no que se refere às variáveis destacadas no Quadro 2.4.9.1. Apenas 10% dos organizados encontram-se nesse grupo, contra 22% dos não-organizados. O quinto quintil reúne os catadores e catadoras com melhores condições de moradia, posse de bens e acesso a serviços públicos. Aproximadamente 30% dos organizados estão nesse grupo, contra apenas 16% dos não-organizados. Assim, mais uma vez, salientam-se as melhores condições em favor de catadores e catadoras organizados.

Tabela 2.4.9.2

Distribuição dos catadores/as cadastrados/as segundo status econômico: organizados e não-organizados

STATUS DE ORGANIZAÇÃO	STATUS ECONÔMICO				
	1º Quintil	2º Quintil	3º Quintil	4º Quintil	5º Quintil
Organizados	10,3%	14,8%	21,0%	24,1%	29,8%
Não-organizados	22,2%	21,5%	19,6%	20,4%	16,4%

Fonte: Pesquisa Longitudinal - Questionário integrado Sea - Pangea - FGV Projetos.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS





3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante reiterar que este trabalho constitui o primeiro volume de uma série de publicações contendo a sistematização dos resultados e atividades que serão desenvolvidas ao longo dos três anos de execução do Projeto CRS. O escopo deste volume consistiu na apresentação do projeto: seus objetivos, público beneficiário, área de abrangência e metodologia de trabalho proposta pelas partes envolvidas. Ele contemplou, ainda, a análise dos dados provenientes do cadastramento de catadores e catadoras com atuação nos 41 municípios selecionados. Para tanto, foram propostos 20 indicadores, divididos em três dimensões analíticas, que serviram de base para a caracterização inicial sobre a situação social dos catadores e catadoras cadastrados.

Desta forma, a análise descritiva dos dados visou à caracterização do perfil socioeconômico e demográfico desses trabalhadores no Estado do Rio de Janeiro, com foco na distribuição segundo o status de organização. Entre os indicadores propostos, o enfoque pautou-se nos temas caros às políticas públicas: demografia, distribuição regional, educação, cor/raça, acesso a serviços públicos e trabalho e renda.

Em meio aos resultados encontrados, é importante ressaltar a associação observada entre status de organização e situação social dos catadores e catadoras cadastrados. Os indicadores calculados evidenciaram o melhor posicionamento social e econômico dos catadores e catadoras associados a empreendimentos, em comparação àqueles que trabalham de maneira autônoma. Deste modo, o melhor posicionamento, sobretudo no que se refere à escolaridade, pode se traduzir em uma maior disposição ao associativismo - seja pela melhor compreensão a respeito do funcionamento do sistema, seja pelo maior capital social que estes indivíduos possuem. Se de um lado o melhor posicionamento pode servir como estímulo ao associativismo, este último também funciona como um ciclo virtuoso, uma vez que catadores e catadoras organizados em empreendimentos apresentam maior rendimento médio declarado, bem como maior acesso a bens e serviços públicos e, conseqüentemente, status econômico privilegiado frente aos demais.

Neste sentido, os resultados destacados corroboram a relevância do Projeto CRS, cujo propósito é a inclusão socioprodutiva de catadores e catadoras do Estado do Rio de Janeiro, a partir da organização dos mesmos em empreendimentos e, posteriormente, o agrupamento de tais empreendimentos em Redes Solidárias.

PRODUÇÃO E REDAÇÃO

DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO

Estrutura Organizacional e Metodologia de Execução | Pangea

Metodologia de Monitoramento e Avaliação | FGV Projetos

PROJETO GRÁFICO

Patricia Werner | FGV Projetos

INFOGRÁFICOS

Camila Senna | FGV Projetos

REVISÃO

Cristina Romanelli | FGV Projetos

LOGO CRS

Bruno Fernandes

FOTOS

Luíz Morier, Marcus Alcoforado, Moises Leão Gil, Julio Monteiro Stotz, Corbis e Shutterstock

Esta publicação está disponível no blog do projeto CRS
e nos sites da Sea/RJ, do Pangea, e da FGV Projetos:

<http://crssearj.blogspot.com.br>

<http://www.rj.gov.br/web/sea>

<http://www.pangea.org.br>

<http://www.fgv.br/fgvprojetos>

